



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

## **O PAPEL DO JORNALISMO PÚBLICO EM UMA CRISE SANITÁRIA**

O desafio das emissoras públicas na infodemia

JAKCELINE ESTER SPIES DA SILVEIRA

Brasília

2022



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

## **O PAPEL DO JORNALISMO PÚBLICO EM UMA CRISE SANITÁRIA**

O desafio das emissoras públicas na infodemia

JAKCELINE ESTER SPIES DA SILVEIRA

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como um dos requisitos para a obtenção do título de bacharela em Comunicação Social – habilitação Jornalismo.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Luciane Agnez

Brasília  
2022

Universidade de Brasília  
Faculdade de Comunicação  
Departamento de Jornalismo

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

---

Prof<sup>a</sup>. Luciane Agnez (orientadora)

---

Prof. Carlos Eduardo Esch

---

Prof. Marcos Urupá

---

Prof<sup>a</sup>. Cristiane Parente (suplente)

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho aos meus dois avôs, Arlindo Roque Spies e José Bento da Silveira. Ambos me ensinaram lições valiosas sobre a vida e gostaria de homenageá-los com um dos trabalhos mais difíceis que fiz em minha trajetória na Universidade.

Trabalho árduo nunca foi novidade para seu Zé, o homem mais trabalhador que pude conhecer, mesmo que mais através das histórias passadas pelo meu pai. Não presenciei seus dias difíceis, trabalhando na roça, independente da chuva ou sol intenso que fazia. Peguei seus dias mais mansos, sentado em sua poltrona com sorriso singelo, o mesmo que imagino ter partido.

Um sorriso que gostaria de ter visto um pouco mais no rosto do meu avô materno. Não tive a sorte de ter convivido tanto quanto gostaria com seu Arlindo, mas com o pouco que consegui pude ter a certeza do homem incrível que tenho a honra de ser neta. Meu avô não foi apenas um exemplo na pequena comunidade que viveu, em Cerro Largo, mas também continua sendo uma das maiores inspirações que tenho até hoje. Correto e com espírito de liderança, sua humildade e carinho permanecem guardados no meu coração, além de dons artísticos que considero ter puxado de sua parte, após descobrir pinturas e escritas nos antigos armários da casa que passei parte da infância.

Os dois foram dois grandes contadores de história, o que pode ter influenciado fortemente na minha escolha de curso. Por isso, espero que essa pequena homenagem possa retribuir a gratidão que sinto de ter tido esses dois homens presentes em minha vida.

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiro a mim mesma por não ter desistido. Poucos sabem as adversidades que passei nessa fase final do curso e, entre esses poucos, apenas eu sei por completo. E, claro, Deus, a quem recorro com fé nos momentos mais angustiantes.

Em segundo, mas em primeiro na minha vida, minha família. Sem o apoio que recebi de vocês, teria sido impossível chegar onde cheguei. Dedico esse trabalho à minha mãe, com a compreensão de um anjo, a quem sempre agradecerei por tudo. À minha irmã, que é minha força e minha base, obrigada, irmã. Ao meu pai, que mesmo tendo um jeito duro às vezes, não me pressionou durante o processo e tem sido um grande apoio. Aos meus irmãos, principalmente o Anderson, por sempre vibrar com minhas conquistas e me incentivar a continuar sempre.

Sei que os agradecimentos ficarão grandes, mas não chegamos em lugar nenhum sozinhos. Sou grata também aos meus amigos, que não me deixaram desistir e me deram muito incentivo para fazer “um tema muito necessário”, como eles dizem. Gostaria de colocar o nome de cada um aqui, mas vocês sabem quem são.

À minha terapeuta, Isabela Borches, porque sem ela eu realmente não sei o que seria de mim. Obrigada por me ajudar a evoluir tanto em todas as áreas possíveis.

E, lógico, agradeço imensamente minha orientadora, Luciane Agnez, pela paciência e maestria em me guiar por todo esse processo com objetividade, clareza e praticidade. E um agradecimento especial à Professora Dione também, por ter me indicado profissionais tão bons para estarem ao meu lado nessa jornada - e por também fazer parte dela durante a faculdade.

Por fim, agradeço a você que está lendo com paciência esse documento, que de alguma forma também faz parte desse processo.

*“Talvez não exista nada mais sério do que a boçalidade que atravessa o país. Torna-se urgente, prioritário, fazer um esforço coletivo e enfrentar a burrice com o único instrumento capaz de derrotá-la: o pensamento.” - Eliane Brum*

## RESUMO

Este trabalho pretende responder qual o papel que o Jornalismo Público, desenvolvido por emissoras de TV públicas brasileiras, têm no cenário da crise sanitária, tomando como base a cobertura da pandemia da Covid-19. A hipótese é de que algumas emissoras públicas podem ter amplificado notícias falsas ao fazer uma cobertura protocolar da pandemia, sem impedir a disseminação de desinformação, assim dificultando o trabalho científico em um cenário de crise de saúde pública. Além disso, este documento faz um registro do que aconteceu nas TVs Senado, Câmara e TV Brasil durante o período da pandemia. A metodologia englobou entrevistas em profundidade com profissionais da área e análise teórica, em uma contextualização do cenário pandêmico.

**Palavras-chave:** jornalismo público; tv pública; infodemia; crise sanitária

## Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. REVISÃO TEÓRICA.....	11
2.1 O Jornalismo Público e a verdade.....	11
2.2 Jornalismo em tempos de Pandemia.....	14
2.3 O desafio do jornalismo público na Infodemia.....	18
3. METODOLOGIA.....	22
4. RESULTADOS.....	23
4.1 Mudança de rotina: CPI da COVID e Home Office.....	23
4.2 Censura: briga na redação e Maquiagem da pandemia.....	23
4.3 Percepções do Jornalismo Público: Qual sua função e o que poderia ter sido feito durante a crise de 2020.....	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
6. REFERÊNCIAS.....	35
6.1 Entrevistas.....	39



## 1. INTRODUÇÃO

Uma crise sanitária traz desafios em todos os âmbitos da sociedade. Para combatê-la, a comunicação é uma das principais ferramentas utilizadas para combater adversidades que atingem o sistema de saúde. Mas o que acontece se o próprio jornalismo vira uma área afetada pela crise?

Em 2020 o mundo teve que enfrentar uma pandemia de uma doença desconhecida, nunca vivida antes na história da humanidade. Mas a luta dos cientistas e comunicadores não foi apenas contra a Covid -19, mas também contra outra questão que assolava o país: a infodemia.

Um bombardeamento de informações e, mais grave ainda, desinformações chegava até as pessoas, perdidas em meio a especulações. Em um momento como esse, a comunicação firme e clara torna-se mais importante do que nunca, visto que ela pode significar proteção à vida. Pois, quando a comunicação é usada de forma deturpada, pode significar riscos para a sociedade. Isso pode acontecer por motivações políticas, por exemplo.

Nesse contexto entra uma ferramenta de orientação muito poderosa: o jornalismo público. Sua função é tão clara que seu início no Brasil se deu pelas TVs educativas, as primeiras televisões consideradas públicas.

O foco dessa pesquisa será justamente o jornalismo televisivo, pela forma clara, simples e objetiva que pode chegar até o telespectador. Afinal, coisas simples como lavar as mãos e o uso de máscaras foram essenciais para se proteger contra a Covid-19 e, passadas de formas até lúdicas, a compreensão do público se tornou a blindagem contra a doença.

Contudo, em meio a uma guerra política vivida no país, jornalistas tiveram que enfrentar obstáculos como a censura, desinformação e perseguições, como fica evidente nas entrevistas cedidas para a realização desta monografia.

O espaço e o tempo proporcionados pela grade do jornalismo televisivo público foram cruciais nesse período pandêmico. E a discussão sobre o papel do jornalista, diante de uma crise sanitária com essas proporções, precisa ser definido.

O tema foi escolhido após a percepção de que, em meio à pandemia, emissoras públicas estavam censurando jornalistas por combaterem desinformação. Em uma crise sanitária, como a que atingiu o Brasil em 2020, a responsabilidade da TV

pública aumenta, visto que a desinformação pode significar mais riscos e, em consequência, mais mortes.

Assim, essa pesquisa pretende responder qual o papel que o Jornalismo Público, desenvolvido por emissoras de TV públicas brasileiras, têm no cenário da crise sanitária, usando como exemplo a pandemia do coronavírus. Além de, por consequência, saber se conceitos como o “jornalismo neutro” e “doisladismo” têm, na verdade, servido com amplificadores de fake news, disseminadas para confundir a população em uma guerra política, permitindo a negação da ciência, a qual é de extrema importância no que tange à saúde pública.

A partir disso, este trabalho está dividido em quatro partes principais. Na primeira parte faço uma revisão teórica, abordando os principais conceitos que precisam ser compreendidos para que as conclusões sejam melhores trabalhadas; já na segunda parte, estão presentes os resultados observados a partir da metodologia aplicada, que serão as entrevistas em profundidade. A parte metodológica estará descrita logo após a revisão teórica. E, por fim, seguirão as considerações finais e referências utilizadas para a elaboração da pesquisa, junto as decupagens das entrevistas feitas ao longo do semestre.

## 2. REVISÃO TEÓRICA

### 2.1. O Jornalismo Público e a verdade

Por definição, o jornalismo é a coleta, investigação e análise de informações a fim de distribuir, através de explanações, a interação de fatos, eventos, ideias e pessoas que são notícia e afetam a sociedade em algum nível. Em Teorias do Jornalismo (TRAQUINA, 2005) o autor usa diversas abordagens teóricas que foram elaboradas ao longo do tempo para explicar o porquê do formato atual da notícia.

Formato esse que dá voz a setores da sociedade, algo que é feito com intensidade pelo jornalismo público. Este, por sua vez, possui um papel crucial na democracia brasileira, onde cria-se um espaço de interação e construção junto à sociedade, permitindo um “cultivo de deliberação” (LEVINE, 2002, p. 79), ou seja, abrangendo não apenas a discussão pública, mas legitimando as decisões políticas.

Um dos principais defensores do movimento do jornalismo público, Arthur Charity (1995, p. 151) cita: “nós temos conversado, mas não da forma correta de conversação. O jornalismo público procura criar o espaço ainda em falta onde os cidadãos se possam encontrar e conversar num sentido real e construtivo”.

No final da década de 1980, o jornalismo público tomava forma nos Estados Unidos, onde recebeu apoio de diversas fundações. O movimento norte-americano pretendia fortalecer a democracia e criou uma nova modalidade jornalística.

No Brasil, entretanto, a estruturação dessa modalidade percorreu - e ainda percorre - um caminho complexo e mais tardio.

Como consta no livro “Diário Carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira”, de Cecília Costa, em 1928 uma nova forma de jornalismo impresso surgia no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, com o jornal Diário Carioca, fundado por José Eduardo de Macedo Soares. Danton Jobim, que foi o fundador da primeira faculdade pública de jornalismo no Brasil, introduziu o Lead, a Pirâmide Invertida e elaborou um manual de redação, modernizando o jornalismo brasileiro. Mas passando pela história de como o jornalismo em si foi instaurado no país, percebe-se que não há um consenso se o jornalismo público foi de fato enraizado.

As primeiras emissoras consideradas públicas no Brasil foram definidas como TVs educativas. Durante o regime militar elas eram controladas pela União e pelos

governos estaduais e municipais. Além disso, as universidades também tinham autorização para executar serviços de radiodifusão educativa.

Mas a rede de televisão pública realmente começou a ganhar forma no Brasil após o 1º Fórum Nacional de Televisão Pública, que ocorreu em maio de 2007. Desse encontro nasceu a “Carta de Brasília”<sup>1</sup>, um acordo de resultados firmado entre a Corregedoria Nacional e as Corregedorias das unidades do Ministério Público. O documento foi aprovado em setembro de 2016, durante o 7º Congresso Brasileiro de Gestão, e traz diretrizes para que o Ministério Público atue, oriente e fiscalize os órgãos correicionais.

O sistema público de comunicação era previsto pelo artigo 223 da Constituição Federal de 1988, mas apenas no governo Lula a missão de instalar uma operadora de emissoras de TV, rádio e uma plataforma web, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi entregue ao ex-ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Franklin Martins.

Através da Medida Provisória 398, a TV Brasil foi ao ar em 2 de dezembro de 2007. Há 15 anos no ar, a emissora passou por alguns percalços e atualmente está mais atrelada ao governo do que deveria. Isso porque em 2019, após assumir o governo, o presidente Jair Bolsonaro fundiu a TV Brasil com a NBR, uma emissora do governo federal. À época, representantes de entidades em defesa do direito à comunicação criticaram a fusão. De acordo com uma matéria da Agência Câmara de Notícias, publicada em 23/04 de 2019, as entidades destacaram que a junção, realizada em 10 de abril de 2019, fere a Constituição e a legislação brasileiras. Já para Alexandre Graziani Júnior, na época o diretor-presidente da EBC, e deputados governistas, acreditavam que a medida traria uma economia de recursos e otimização administrativa.

Contudo, com essa junção de TV pública com TV estatal, a Carta de Brasília teve alguns de seus princípios deixados de lado. Isso porque uma das vertentes que o documento apresenta é o financiamento independente. Ou seja, a TV pública deve ser independente e autônoma em relação a governos e ao mercado, com um financiamento baseado em múltiplas fontes, participação de orçamentos públicos e fundos não-contingenciáveis.

---

<sup>1</sup> Disponível em: [https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Carta\\_de\\_Bras%C3%ADlia-2.pdf](https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Carta_de_Bras%C3%ADlia-2.pdf)

Para entender o impacto dessa mudança, faz-se necessário destacar a diferença entre TV Pública e TV estatal. A própria EBC publicou uma reportagem no programa da Ouvidoria da TV Brasil, em maio de 2012, com o título “TV pública x TV Estatal”, onde esclareceu aos telespectadores o que era público e o que era Estatal na EBC. Basicamente, ambas são de interesse público; mas enquanto a TV pública é exclusivamente subordinada ao interesse da sociedade, a TV Estatal atende à divulgação das ações do governo federal. A questão do financiamento de ambas ainda vir do governo acaba aproximando o público do estatal. Mas algo importante que caracteriza a TV Pública, por exemplo, é a presença do Conselho Curador - que é composto por representantes da sociedade civil.

Mas entre todos esses conceitos, para que a democracia seja respeitada e a sociedade funcione, todos devem desaguar no principal pilar que guia o jornalismo em todas as suas modalidades: a verdade.

No artigo “Afim, o que é verdade?”, os pesquisadores Luciane Weber Baia Hees, Ana Paula Lima, Scarlet Camila de Lima Paixão, Bruno Andrade Magalhães, Jackeline Andrade Ribeiro e Michelly de Lima destrincham o termo, abordando o surgimento da verdade, sua evolução histórica e as teorias que cercam seu desenvolvimento. Mas para este trabalho, a definição que mais interessa é a própria origem da palavra, que vem do latim *veritas*. O termo se refere à exatidão de um relato. No campo da linguagem, um relato é verdadeiro se anunciar minuciosamente os fatos reais (GUIRALDELLI, 2001).

O próprio jornalismo, inclusive, pode ser considerado uma verdade. Pelo menos é o que afirma o artigo “O jornalismo como crença verdadeira justificada”, feito pelos pesquisadores Sílvia Lisboa e Marcia Benetti. No trabalho eles iniciam uma nova compreensão sobre o estatuto do jornalismo como disciplina, afirmando-o como uma crença verdadeira justificada. Contudo, para se tornar um conhecimento, o jornalismo deve cumprir três condições: crença, verdade e justificação. Ou seja, o sujeito deve crer que o jornalismo diz a verdade - e esta verdade deve estar justificada em seu próprio discurso.

Tal descrição pode ser aplicada justamente a profissão que busca fatos reais com o objetivo de informar a população, especialmente em tempos que se faz necessária a orientação coletiva.

## 2.2. Jornalismo em Tempos de Pandemia

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Essa decisão buscou “aprimorar a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus”, de acordo com o relatório da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

No dia 11 de março de 2020, Tedros Adhanom, diretor geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), declarou que a organização elevou o estado da contaminação à pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Lembrando que, de acordo com a OMS, o termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade.

Contudo, a gravidade da doença se fez presente no país. Segundo os boletins Fiocruz do Observatório COVID-19, publicados em março de 2021, o Brasil apresentou o maior colapso sanitário e hospitalar da história do país.

Definir uma crise sanitária envolve mais do que um olhar voltado apenas para a saúde como um setor separado. De acordo o Grupo de Trabalho Saúde (GT Saúde), que se reuniu durante o Fórum Social Temático Crise capitalista, justiça social e ambiental, realizado no final de janeiro de 2012, em Porto Alegre (RS), ao lado das crises econômica, política, ecológica e climática, cresce também uma crise sanitária, que agrava a qualidade de vida e a saúde de milhares de pessoas.

O conceito de crise sanitária surgiu por meio de uma análise da situação mundial, das consequências da crise ecológica e da desigualdade social, que é aprofundada com a crise. A maioria da população tem um nível de vida que está baixando em todos os sentidos, como a distribuição e tratamento da água ou a falta de trabalho que resulta em uma perda de dignidade. Isso causa muito mais doenças e problemas sanitários, que ainda são agravados pelas catástrofes climáticas. E não há resposta para esses problemas, porque há outro fenômeno em curso, a crise financeira causada pela dívida pública que é muito forte na Europa - (JULIEN TERRIE, membro das Conferências Europeias de

Uma crise sanitária, portanto, vai além de um fator único, como um vírus que atinge a sociedade, mas é formada por um conjunto de fatores atrelados à gestão do país.

O enfrentamento da COVID-19 variou entre as nações, como aponta um estudo da BBC de 2021, onde o título questiona “por que alguns países são mais eficientes que outros na luta contra a covid-19”, pergunta também feita por Elizabeth King, professora de saúde global da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos. "Todo mundo está lidando com o mesmo vírus, então por que os países estão respondendo de maneira diferente?", indaga a pesquisadora. King é uma das co-editoras de um novo livro que compara as respostas nacionais à primeira onda de coronavírus no início de 2020. Sessenta acadêmicos de 30 países da Ásia, Europa, África e Américas contribuíram com artigos.

Contudo, fazer comparações internacionais é complexo pelo fato dos países usarem diferentes padrões para medir como estão se saindo. Por isso, aqui entra um conceito importante a ser destrinchado, visando a resposta à pandemia de cada lugar: a definição de Saúde Pública.

A saúde começou a ser vista com um bem público somente após a consolidação dos Estados nacionais modernos, quando o crescimento das cidades e o aumento da população vivendo nos mesmos espaços aumentou a preocupação com a qualidade de vida humana. A saúde como um bem público começou na Europa em meados do século 17. Já no século 19 essas preocupações ganharam força, com a institucionalização da higiene na França como parte da medicina e da administração pública, a fim de manter a população saudável.

Dando um salto para o Brasil, essa questão de saúde e coletividade ganhou força na República Velha, como estratégia de saneamento para a circulação da economia cafeeira. As campanhas sanitárias em si surgem com Oswaldo Cruz, onde medidas contra a Febre Amarela Urbana e vacinação obrigatória contra a varíola se destacam.

Contudo, o modelo utilizado hoje pelo Sistema Único de Saúde (SUS) existe há pouco mais de 30 anos, pois é apenas com a constituição de 1988 que a saúde vira

um direito de todo cidadão. No Brasil, a saúde pública está prevista na Constituição Federal como um dever do Estado (artigo 196) e como um direito social (artigo 6º).

Portanto, o Sistema Único de Saúde, regulamentado pela Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), é formado pelas medidas executadas direta ou indiretamente pelo Estado para melhorar a saúde pública.

O professor da Universidade de Yale, C.-E. A. Winslow, formulou, em 1920, a seguinte definição de Saúde Pública:

A ciência e a arte de prevenir a doença, prolongar a vida, promover a saúde física e a eficiência através dos esforços da comunidade organizada para o saneamento do meio ambiente, o controle das infecções comunitárias, a educação dos indivíduos nos princípios de higiene pessoal, a organização dos serviços médicos e de enfermagem para o diagnóstico precoce e o tratamento preventivo da doença e o desenvolvimento da máquina social que assegurará a cada indivíduo na comunidade um padrão de vida adequado para a manutenção da saúde. (WINSLOW, C.-E. A., 1920)

Em 1992, setenta e dois anos mais tarde, o professor Milton Terris, do New York Medical College, convidado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) para discutir a “crise da Saúde Pública”, retoma a definição de Winslow: a Saúde Pública é a arte e a ciência de prevenir a doença e a incapacidade, prolongar a vida e promover a saúde física e mental mediante esforços organizados da comunidade (Terris, 1992:185).

Em 2020 a OPAS atualizou as funções essenciais de saúde pública para países das Américas. Isso porque, de acordo com a própria diretora da Organização, Carissa F. Etienne, "esta pandemia nos mostrou claramente que há necessidade de sistemas de saúde mais fortes que promovam e protejam a saúde da população".

De acordo com a OPAS, as 11 funções essenciais dos sistemas de saúde se baseiam na avaliação do estado de saúde da população e dos fatores de saúde precária, e depois no desenvolvimento de políticas para fortalecê-los e abordar os determinantes sociais. Também incluem a alocação de recursos necessários e a garantia de acesso a todas as intervenções e serviços de saúde pública. São elas:



1. Monitoramento, análise e avaliação da situação de saúde;
2. Vigilância, investigação, controle de riscos e danos à saúde;
3. Promoção da saúde;
4. Participação social em saúde;
5. Desenvolvimento de políticas e capacidade institucional de planejamento e gestão pública da saúde;
6. Capacidade de regulação, fiscalização, controle e auditoria em saúde;
7. Avaliação e promoção do acesso equitativo da população aos serviços de saúde necessários;
8. Administração, desenvolvimento e formação de recursos humanos em saúde;
9. Promoção e garantia da qualidade dos serviços de saúde;
10. Pesquisa e incorporação tecnológica em saúde;
11. Condução da mudança do modelo de atenção à saúde.

Segundo o professor Luis Eugenio Portela Fernandes de Souza, em seu artigo “Saúde Pública ou Saúde Coletiva?”, No Brasil, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde assume o protagonismo na adoção da abordagem, adaptando o rol de funções às características do SUS, em especial, ao princípio da integralidade, que não admite a separação entre as ações dirigidas à coletividade e aquelas destinadas aos indivíduos, nem permite que o Estado se ocupe apenas das primeiras.

Com esse modelo, atualmente é considerada Saúde Pública todo o conjunto de medidas executadas pelo Estado para garantir o bem-estar físico, mental e social da população. Em nível internacional, a saúde pública é coordenada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), composta atualmente por 194 países. O órgão consiste em uma agência especializada da ONU (Organização das Nações Unidas) que trabalha com o governo dos países para aprimorar a prevenção e o tratamento de doenças, além de melhorar a qualidade do ar, da água e da comida.

Além do contexto político-administrativo, a saúde pública também é o ramo da ciência que busca prevenir e tratar doenças através da análise de indicadores de saúde e sua aplicação nos campos da biologia, epidemiologia e outros campos relacionados.

Diante dessa função, é possível dizer, a partir de exemplos como as campanhas sanitárias, que a comunicação é um pilar da saúde pública. Afinal, para que as funções essenciais dos sistemas de saúde sejam cumpridos, a comunicação social precisa ser eficiente.

Uma ferramenta que abrange os principais tópicos como monitoramento, investigação e participação social em saúde é o jornalismo, o qual, durante a Pandemia, desempenhou um papel crucial de orientação da população.

Um exemplo claro foi quando, em dezembro de 2021, o governo teve dificuldade em contabilizar os casos, devido a um suposto “ataque de hacker” que afetou os dados do Ministério da Saúde, segundo uma declaração do ministro da saúde da época, Eduardo Pazuello. O caso está presente em diversas reportagens, como uma matéria do G1, publicada em 11 de dezembro de 2021, com o título “Após ataque hacker em site do Ministério da Saúde, PE tem problemas para contabilizar casos leves de Covid”. O papel de manter diariamente os registros foi assumido pela imprensa, que montou uma média móvel para continuar o monitoramento do vírus.

### 2.3. O Desafio do jornalismo público na Infodemia

Em um discurso na Munich Security Conference, em 15 de fevereiro de 2020, o Diretor Geral da OMS afirmou: “nós não estamos apenas combatendo uma epidemia; nós estamos combatendo uma infodemia” (GHEBREYESUS, 2020, on-line). O fenômeno, apesar de não ser novo, ganhou mais atenção com a pandemia.

O jornalista americano David J. Rothkopf é o criador do termo, tendo mencionado o conceito pela primeira vez na sua coluna sobre a epidemia da SARS (Síndrome Respiratória Aguda Grave) no jornal Washington Post, em 2003.

Alguns fatos, misturados com medo, especulação e boato, amplificados e transmitidos rapidamente em todo o mundo pelas modernas tecnologias da informação, afetaram as economias nacionais e internacionais, a política e até a segurança de maneiras totalmente desproporcionais às realidades

básicas. (DAVID J. ROTHKOPFMAY, 2003, parágrafo 3)

A OMS reconheceu e classificou a infodemia em 2020 como “um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que torna difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa”. Dessa forma, a desinformação, a desorientação, as teorias conspiratórias e as fake news são resultados negativos da infodemia.

O conceito de Fake News também não é novidade da pandemia. A expressão, utilizada desde o final do século 19, se refere às notícias falsas, instaurando uma prática que consiste em espalhar desinformação, como aponta a matéria “‘Fake News’: a guerra informativa que já contamina as eleições no Brasil”, feita pelo jornal El País no ano das eleições de 2018, na qual citava uma “guerra informativa usada com objetivos políticos”.

Como ocorreu na eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos. Durante a campanha e depois de eleito ele não só compartilhou notícias falsas em seus perfis nas redes sociais, principalmente no Twitter, como também foi investigado por contratar uma empresa responsável por espalhá-las por meio da criação de redes de usuários robôs. Este é um dos focos da pesquisa feita por Brendan Nyhan (Dartmouth College), Andrew Guess (Princeton University) e Jason Reifler (University of Exeter) buscando avaliar os impactos das “fake news” na campanha presidencial americana que levou Donald Trump ao poder.

No artigo “Selective Exposure to Misinformation: Evidence from the consumption of fake news during the 2016 U.S. presidential campaign”, publicado em janeiro de 2018, os pesquisadores afirmam que 65% das visitas a sites de fake news vinha de um mesmo grupo, composto por 10% dos eleitores identificados como mais conservadores. O estudo comprovou que as notícias falsas têm mais aderência entre eleitores com posicionamento políticos mais extremados.

Voltando ao Brasil, a disseminação de desinformação, no caso a infodemia, passa a ser alarmante pelo país estar em meio a uma crise sanitária. Isso porque, de acordo com uma publicação feita pelo Coren (Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal), “mais do que confundir ou criar dúvida na população, essas mensagens falsas têm levado as pessoas a tomar atitudes que

colocam a própria vida e a de outras pessoas em risco. Não usar máscara, se expor sem necessidade, não se vacinar, tomar remédios ineficazes”.

Segundo o artigo “Análise de fake news veiculadas durante a pandemia de COVID-19 no Brasil”, publicado na Revista Panamericana de Saúde Pública, em 9 de junho de 2021, as fake news divulgadas durante os primeiros 6 meses da pandemia de COVID-19 no Brasil se caracterizaram por conteúdos de posicionamento político e desinformação sobre número de casos e óbitos e medidas de prevenção e de tratamento. Os resultados do estudo feito mostram que 329 fake news relacionadas à pandemia de COVID-19 nos sites estudados (253 no G1 e 76 no Ministério da Saúde) foram identificadas.

As notícias falsas foram disseminadas principalmente através de WhatsApp e Facebook. As categorias temáticas mais frequentes foram: política (por exemplo, governantes falsificando a vacinação contra a COVID-19, com 20,1%), epidemiologia e estatística (proporção dos casos e óbitos, 19,5%) e prevenção (16,1%). Conforme o Google Trends, houve um aumento de 34,3% nas buscas que utilizavam termos presentes nas fake news. O maior aumento nas buscas ocorreu no Sudeste (45,1%) e Nordeste (27,8%).

Diante desse cenário, as agências de checagem foram extremamente necessárias; e o jornalismo enfrentava um desafio para orientar a população no meio de uma pandemia - junto a infodemia que circulava.

O governo brasileiro contrariou a ciência e fez críticas até ao uso de máscaras como forma de evitar a disseminação do novo coronavírus, como foi explícito em uma declaração dada pelo presidente da república no início da noite de 19 de agosto de 2020, a apoiadores que aguardavam o presidente na porta da residência oficial do Palácio da Alvorada. Jair Bolsonaro disse, como consta em uma reportagem feita pelo Correio Braziliense, que a eficácia da máscara é "quase nenhuma".

De acordo com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski. Na conferência internacional Brazil Conference, realizada dia 10 de abril de 2022, o magistrado disse que “atitude negacionista do governo foi responsável pelo aumento exponencial no número de mortos por covid-19”. A fala do ministro foi registrada em uma reportagem publicada pelo Valor Econômico no dia 10/04/2022.

Nessa realidade negacionista, a imprensa tornou-se um norte para a população, confusa diante de tanta desinformação. Afinal, como citado anteriormente, a comunicação é uma das ferramentas cruciais utilizadas para enfrentar uma crise sanitária.

### 3. METODOLOGIA

Além da Revisão Teórica e apresentação de reportagens para contextualização do cenário abordado, foram feitas entrevistas em profundidade com quatro profissionais que trabalharam durante o período de cobertura da pandemia da Covid-19 em emissoras públicas de TV. Foi oferecido anonimato aos jornalistas, para evitar questões como perseguições e retaliações dentro e fora do ambiente de trabalho.

As entrevistas em profundidade são uma técnica qualitativa que permite explorar um ou mais temas, com maior profundidade que as entrevistas comuns. Esse método consiste em perguntas abertas, sem opções de múltipla escolha, onde os entrevistados podem se expressar mais livremente. Foram executadas de forma individual, sendo duas delas à distância, pelo Google Meets, e duas delas presencialmente.

Entre os entrevistados, há dois da TV Brasil/EBC, um da TV Senado e um da TV Câmara. As informações pessoais e de trajetória da carreira de cada um foram retiradas para retirar qualquer possibilidade de identificação das fontes. Alguns trechos, pedidos para serem declarados em “off”, não farão parte deste documento. E, por fim, as decupagens das quatro entrevistas estão incluídas nos apêndices do projeto.

Quatro jornalistas que atuaram na cobertura da pandemia da Covid-19 foram entrevistados a respeito do tema “O papel do jornalismo público em uma crise sanitária: o desafio das emissoras públicas em uma infodemia”. As informações pessoais e de trajetória da carreira foram retiradas dos apêndices para eliminar qualquer possibilidade de identificação da fonte. O sinal “(...)”, é uma referência a um trecho que poderia ser passível de identificação ou alguma parte que foi dita em off na entrevista. As fontes estão referenciadas como: ENTREVISTADO 1 - jornalista 1 da TV Brasil; ENTREVISTADO 2 - jornalista 2 da TV Brasil; ENTREVISTADO 3 - jornalista da TV Câmara; e ENTREVISTADO 4 - jornalista da TV Senado.

## 4. RESULTADOS

### 4.1 Mudança de rotina: CPI da COVID e Home Office

A pandemia da Covid-19 trouxe desafios em todas as áreas da sociedade. Entre elas, o jornalismo foi mais um setor que precisou se adaptar e se reinventar para efetuar uma cobertura em tempo real de situações novas, enquanto a doença avançava no país.

Contudo, os jornalistas não enfrentaram apenas questões relacionadas à crise sanitária que se instalava no Brasil, mas também tiveram que lidar com barreiras políticas que dificultavam o serviço público de informar corretamente a população.

Prova disso são os 64 casos de censura do governo Bolsonaro denunciados por funcionários da EBC. A informação é de da matéria “Funcionários da EBC denunciam 64 casos de censura do governo Bolsonaro”, que saiu recentemente na revista *Veja*, no dia 30 de agosto de 2022, na qual um dossiê indicou que jornalistas têm sido impedidos de levarem reportagens ao ar quando órgãos oficiais se recusam a responder questionamentos. De acordo com o relatório, de agosto de 2021 a julho de 2022 ocorreram ao menos 228 casos de governismo e 64 episódios de censura.

Isso é confirmado também através de entrevistas feitas com dois jornalistas da TV Brasil, que contaram ter sido censurados durante a cobertura da pandemia. Um deles chegou a comentar sobre o dossiê:

“Nós fizemos um levantamento recente e já estamos no quarto dossiê de censura e governismo. Na verdade é um negócio encabeçado pela sociedade civil, mas que os trabalhadores fazem denúncias anônimas de censura e governismo dos veículos. Então eu já preenchi bastante esse formulário. Eu já fui censurado diretamente muitas vezes”. (ENTREVISTADO 1, 2022)

### 4.2 Censura: briga na redação e Maquiagem da pandemia

O segundo profissional entrevistado confirmou o tratamento feito pela TV Brasil aos jornalistas e também explicou como funcionava essa censura dentro da emissora nesse período.

“É difícil, porque é tudo muito velado. Não tem um e-mail que chega para a gente falando ‘gente, a partir de agora está proibido’... isso não existe. Porque isso seria, inclusive, eles gerarem provas contra eles mesmos. (...) você faz a matéria, manda e depois fica sabendo que alguém mexeu. Termina criando uma cultura de medo de autocensura que às vezes nem precisa que a chefia dê algum tipo de ordem. É porque essa ordem nunca vai vir te falando o seguinte: ‘tira isso aqui. não queremos isso, o governo não quer isso’. A pessoa vai criar uma história, se ela quiser dar uma explicação, né, pro repórter: ‘eu tô achando que tá muito grande... a gente podia cortar mais um pouco aqui’. O repórter sabe que aquele tema que é sensível vai ser derrubado, então ele mesmo fala assim “ah não vou colocar”. Isso é ruim porque o trabalho jornalístico é difícil de ser feito quando você está sempre com medo do que pode acontecer. E a censura se desdobra em outras coisas, que é a perseguição, o assédio... A pessoa tem poder de mudar o seu horário, de te tirar um setor e colocar em outro... E isso mexe com a nossa vida né, com o nosso cotidiano. Ela tem um poder também de uma prática de assédio que é tirar você da pauta que é mais relevante e te coloca para fazer a pautazinha mais frufu ali, do dia a dia, porque sabe que você é a pessoa que vai querer comprar alguma briga editorial. Tem dia que você tá cansado de comprar essas brigas”. (ENTREVISTADO 2, 2022)

Ainda na parte de censura, funcionários das TVs legislativas também falam de pressões políticas que influenciaram o trabalho jornalístico no período da pandemia. Um jornalista da Tv Senado que atuou na cobertura da CPI da Covid cita um caso de censura ocorrido durante uma sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito que resultou na demissão de uma jornalista da emissora.

“Durante a pandemia, especialmente depois do depoimento do Osmar Terra, houve uma mudança. Basicamente, quando a gente produzia algum conteúdo pra colocar no ar, aquilo era conferido por nós, que estávamos na direção e aquilo entrava no ar. Porque enfim, a gente era escalado para dirigir o conteúdo, se nós achávamos que uma informação era pertinente de ser colocada e a gente incluía - inclusive, como eu falei, por uma normativa que existia, que vale não só pra CPI, mas pras reuniões de plenário, pras sessões solenes, pra tudo. Toda vez que tivesse necessidade de acrescentar uma informação que era uma novidade, a gente era instruído a colocar. Mas depois que o Osmar Terra foi depor na CPI, aconteceu que um senador mentiu na CPI. Ele tirou uma frase de contexto do Dráuzio Varella e



estava promovendo desinformação e isso causou uma polêmica interna na emissora. A gente teve uma profissional que foi advertida por isso, que foi penalizada por isso, aí foi criada a rotina de sempre que a gente fosse colocar uma informação no ar durante a transmissão, isso deveria ser submetido para a direção de conteúdo da TV, da emissora. Só que, como eu falei, a gente trabalha em um segmento ao vivo, um segmento que coloca a tv no ar. E isso inviabiliza o trabalho, porque a gente sabe, as coisas são muito dinâmicas e você não tem muito tempo, é até contraproducente você criar tantas etapas de confirmação de uma informação - que na verdade não era confirmação de informação, que na verdade era um critério ao meu ver de censura prévia, pra ver se nenhum senador ou senadora ficaria melindrado com a informação que ia ser colocado no ar pra depois decidir se isso podia ir ao vivo ou não. A gente que tá por dentro da informação ainda conseguia entender o que tava acontecendo, mas as pessoas, a sociedade civil nem sempre estaria informada e daí, com isso, com certeza a gente perdeu em qualidade". (ENTREVISTADO 4, 2022)

O caso é citado na matéria "Brazilian lawmakers turn public TV into misinformation tool" do Brazilian Report, de 3 de setembro de 2021, na qual a autora Amanda Audi também denuncia a censura das TVs públicas no Brasil.

"Criadas para aumentar a transparência em relação ao trabalho do Congresso e do governo, as TVs públicas no Brasil têm falhado no combate à desinformação. Os repórteres são desencorajados de histórias que poderiam pintar o governo de uma forma negativa", escreveu a jornalista.

#### 4.3 Percepções do Jornalismo Público: Qual sua função e o que poderia ter sido feito durante a crise de 2020

Contudo, é necessário separar a TV Pública da TV Estatal. Segundo um jornalista da TV Câmara, há uma grande diferença nas emissoras legislativas. O profissional explica:

"A razão de ser da TV Câmara é mostrar o trabalho legislativo. É dar transparência, mostrar ao vivo essas ações e os trabalhos legislativos. Então independentemente se o cara fala a, b, c ou d, tem que passar. Porque essas pessoas que estão ali, mesmo as que falam a favor da cloroquina, contra a vacina, elas foram eleitas. Tem uma parcela da população que colocou elas aqui pra

representar elas aqui, entendeu. Então não é um cidadão ou 10 cidadãos que vão poder caçar a palavra dessa pessoa. Eles realmente tem direito de falar. (...) Uma cidadã comum não pode rebater um discurso de um parlamentar, é até injusto. Outro parlamentar pode. De novo aquela questão da proporção. Como é que uma pessoa que é uma cidadã comum vai querer que o seu discurso esteja igualado a uma pessoa que recebeu cem mil votos, duzentos mil votos. Esse cara tá legitimado por 200 mil pessoas, ele está falando por duzentas mil pessoas aqui dentro. Por mais que as pessoas se esqueçam em quem votaram na eleição passada, eu lembro. Eu lembro que foram vocês que colocaram essas coisa aqui dentro. E a gente é obrigado a lidar quatro anos com eles (risos). Entendeu? E eu sou obrigada a respeitar. Porque essa é a natureza da democracia, a gente tem que respeitar o diferente também”. (ENTREVISTADO 3, 2022)

O profissional também cita maneiras que usam para combater as Fake News no parlamento.

“Por exemplo, no resumo que a gente faz das votações, a gente não replica as informações falsas. Sempre que a gente pode a gente dá a informação já correta. Então finge que não existe, deixa a pessoa falando durante o discurso dele lá e na hora que a gente produz nosso próprio conteúdo, a gente tenta fazer da forma mais correta possível. Pra tentar fazer da forma de serviço, a informação correta, orientando a população... A gente tem um serviço de checagem da câmara dos deputados e de vários consórcios públicos que fazem aí a checagem de informação, a gente divulga esses serviços... Mas é isso, a gente faz o possível. (...) Muitas vezes a gente fica indignado, cara, eu sou super solidária com a indignação. Eu as vezes eu fico ali e eu falo assim: gente eu vou ter que tomar um dramín pra poder trabalhar, porque a gente escuta umas barbaridades que você fica assim, pelo amor de Deus. Mas você sabe quem tem que escutar isso? Quem votou nessa pessoa, gente. Não é possível que quem votou nessa pessoa não está ouvindo o que essa pessoa tá falando! (...) o cara chegou aqui de alguma forma e ele vem com peso, entendeu, ele vem com um peso que ele tem direito de falar. E a gente precisa respeitar, porque é isso que tá escrito na nossa constituição.” (ENTREVISTADO 3, 2022).

Todavia o foco do projeto é avaliar o papel do jornalismo público em uma crise sanitária. Tomando a cobertura da pandemia da Covid-19 como exemplo, essas pressões políticas citadas ganham peso quando a saúde pública entra em cena.

No artigo *Jornalismo Público e Direitos Humanos: Análise da cobertura midiática da Covid-19 pela TV Brasil*, os autores apontam tensionamentos enfrentados por profissionais da comunicação pública durante o período específico da pandemia. Nas entrevistas realizadas para este projeto, além dessas tensões se confirmarem, servidores fazem críticas intensas à forma como foi transmitida a cobertura da desse período pandêmico pelas emissoras públicas.

Ambos os jornalistas da TV Brasil caracterizam o trabalho feito como uma “cobertura protocolar” da pandemia, faltando histórias com lado mais humanitário a respeito das vítimas acometidas pela doença.

“Na CPI da covid nós fizemos uma crítica muito forte no dia a dia da redação de como a TV Brasil não abordou as histórias humanas por trás da covid. Isso foi intencional, partiu da chefia que “a gente não desce o familiar chorando”, que a gente não fosse no cemitério. No ponto de vista humano a gente foi muito cru, ficou faltando uma cobertura humana. Não, não ficou faltando, não entrou. Foi uma cobertura completamente desumana” (ENTREVISTADO 1, 2022).

Outro jornalista que também trabalhou na cobertura acrescenta: “Eu não tenho lembrança de ter visto no telejornal que eu trabalho uma pessoa que perdeu alguém de covid dando entrevista. E eu acho que assim, a gente tem muito no telejornalismo a coisa do personagem, né, o personagem ele traz identificação, humanidade quando você assiste. Um número é um número. cê fala assim “morreram 400 mil pessoas”. Beleza. quando tem uma mãe uma esposa que conta assim: “tava com meu marido aqui, e aconteceu isso, e ele ficou sem ar e a gente lutou para conseguir um leito e não tinha respirador” isso dá uma outra dimensão pro telespectador. Essa pandemia tem um rosto. E a gente viu os telejornais todos fazendo muito isso, a coisa de contar história. (...) Na TV Brasil o personagem nunca existiu, esse personagem que foi a vítima da covid que morreu. Acho que isso para mim foi uma das coisas que mais me entristecia. (...) Eu acho que era mesmo uma lógica de mostrar o lado positivo, o que que estava indo. Então as coisas estavam caminhando podia fazer matéria, ou fazer matérias tipo recuperação, “as pessoas que estão com consequência da covid”, como é que tá sendo a fisioterapia... sempre a lógica que era uma lógica do governo Bolsonaro, que ele não focar nos que estavam sendo aquela máquina de moer gente que era pandemia ali no começo, focar nos que estava sobrevivendo.” (ENTREVISTADO 2, 2022)

Os dois profissionais contam que o momento que mais marcou foi a crise de respiradores em Manaus, que aconteceu dia 14 de janeiro de 2021. O primeiro entrevistado conta que a emissora deu a notícia atrasada por uma questão editorial. “A história da falta de oxigênio em Manaus, do ponto de vista da cobertura jornalística, foi um dos pontos altos desse período. E a gente deu atrasado. A gente deu um dia depois, dois dias depois... foi claramente uma questão editorial. Mas é isso, essa é a briga, a gente tem diretores negacionistas”. (ENTREVISTADO 1, 2022).

Outro profissional da mesma emissora argumenta que recursos para acompanhar a viagem não eram uma questão.

“A desculpa poderia ser que a gente não tem repórter em Manaus. primeiro que assim, a TV Brasil hoje, se Bolsonaro vai inaugurar uma ponte de 5 metros de madeira vai ter um repórter acompanhando. Era o tipo de demanda jornalística que demandava deslocar alguém para Manaus que era o centro, o epicentro da pandemia naquele momento. Isso não foi feito. Outra coisa que a gente tem na TV Brasil, ela trabalha com parceria colaboração com as TVs públicas estaduais, então para matérias como esse tipo cederia tranquilamente as imagens para ser veiculada. E as imagem eram aquelas imagens que eram aquelas covas, assim, que eram caixões, caixões e caixões. O telespectador da TV pública não viu essa cena ele não viu isso no telejornal. É por isso que eu falo que assistir esse jornal é para quem tem problema de saúde mental, porque você assiste e fala assim ‘nossa, tá indo tudo super bem, né’ porque as coisas que foram crises principais não estavam lá, não teve cobertura disso.” (ENTREVISTADO 2, 2022)

Os repórteres alegam que houve uma tentativa de “não cobertura” por parte da emissora, para maquiagem a crise.

“É, deu para perceber que claramente é um tema muito sensível. No geral o que eu mais senti foi uma tentativa de não cobertura. Porque apesar de ser uma crise sanitária, ela sempre resbala para como foi a atuação do Poder Executivo para lidar com a crise. Então a pressão é um pouco nesse sentido, é meio que não dar uma cara de crise, colocar uma maquiagem nessa crise. Um dia a gente teve uma discussão feia aqui na redação, justamente um dos dias que acho que completou 400 mil mortes, e aí o jornal encerrou bonitinho, no sentido de para não terminar ‘para baixo’, teve um quadro de musiquinha, algo assim. Aí o pau quebrou, da gente falar até no dia seguinte ‘olha, isso é um desrespeito. São 400 mil mortes, justo

hoje a gente vai encerrar dessa forma?’ Então essa parte de pressão política tem isso, de não parecer que é uma crise muito pesada ou muito forte.” (ENTREVISTADO 1, 2022)

O profissional alega que no período da pandemia houve uma blindagem ainda maior. Ele conta que, em seu ponto de vista, a unificação da NBR com a TV Brasil prejudicou a democracia brasileira pelo governo utilizar o canal da tv pública para promover o governo. “E aí é o desafio: a gente perdeu o conselho curador. Você não tem mais a sociedade civil dentro da EBC e essa unificação foi um retrocesso muito forte para democracia brasileira. Você tinha uma tentativa de TV pública independente e agora unificou as TVs e essa briga ficou ainda mais difícil. Mas não acabou totalmente, a TV pública existe, a gente veicula coisas que são bastante próximas do jornalismo. A gente veicula e faz produção jornalística, mas tem alguns temas sensíveis ao governo que há uma blindagem, claro”. (ENTREVISTADO 1, 2022)

Questionado sobre o porquê dessas blindagens, o jornalista acrescenta: “É justamente para proteger o Executivo. E são colocadas pessoas nos cargos de chefia na TV, na agência e na rádio que vão justamente fazer esse papel de blindagem. E ali é quase uma briga diária. Não é algo muito fixo e estabelecido, mas no dia a dia da cobertura o chefe vai dar uma protegida. É sempre assim: no jornal ele vai dar uma olhada e depois falar “não, isso aqui tá muito pesado”. No texto jornalístico produzido, o repórter foi lá no congresso e mandou o texto da CPI da covid e tal: esse texto vai ser submetido a chefia, que vai olhar e fazer a sua devida proteção do Poder Executivo. Então é isso, essa é a nossa briga.” (ENTREVISTADO 1, 2022)

De acordo com ele, a emissora colocou profissionais mais “alinhados”, ou que não eram muito questionadores. “Durante a CPI da covid, como era um ambiente muito controlado, eles [a diretoria da Tv] colocaram um editor que eles julgavam que era um pouco mais alinhado com o ambiente ali. Foi selecionado, do ponto de vista de material humano, uma pessoa que questionava pouco. Questionava menos e apertava mais botões”. (ENTREVISTADO 1, 2022)

Para não ser resumido a um trabalho operacional, é importante destacar o papel do jornalismo público em meio a todos esses acontecimentos. Todos os jornalistas entrevistados citaram um ponto em comum: a utilização do espaço ilimitado das emissoras públicas para prestar um serviço à população. Isso porque a grade de

uma TV pública não depende de anunciantes ou outras programações, como as novelas das televisões privadas. Logo, os profissionais argumentam que esse tempo poderia ter sido melhor aproveitado, sendo preenchido com matérias educativas e um espaço de acompanhamento da pandemia capaz de tirar qualquer dúvida dos telespectadores.

“O jornalismo público deveria, inclusive com uma responsabilidade ainda maior do que as redes privadas, ouvir a ciência, pelo amor de Deus. Poderia botar um epidemiologista na bancada do jornal para tirar dúvidas do dia a dia, entrar com flashes ao vivo, não só nos jornais... tudo isso voltado para ouvir bastante a ciência. E esse é o problema, a gente passou por um período que era negacionista. É muito frustrante a EBC se voltar para coberturas que não davam a devida importância para algo que atingiu tanto a sociedade. Foi vergonhoso.” (ENTREVISTADO 1, 2022)

“A TV Brasil tem uma programação infantil grande, você podia ter criado faixas, coronavírus meio que pra crianças naquela sessão na parte do desenho, o que é o vírus... assim o que extrapola o jornalismo em si. Poderia ter uma cadeia de difusão de informação correta, informação de serviço sobre ciência, sobre lavar a mão, defesa da vacina. As pessoas tinham muito medo no começo, então o papel que a gente deixou de cumprir... eu lamento muito, porque era o tipo de conteúdo que a gente poderia ter feito. Se tinha uma TV que poderia ter tido liberdade para mexer na sua programação, era a TV Brasil.” (ENTREVISTADO 2, 2022)

Os comunicadores também citam a responsabilidade em transmitir informações que contrariam a ciência em busca de “um outro lado” no jornalismo. As fontes citam o risco para a população em um período sensível para a saúde pública e o prejuízo que isso poderia vir a causar pelo fato de, não apenas ser dito por autoridades públicas como também ser transmitido em uma TV Pública.

“Era uma tristeza você assistir a CPI da covid e de repente tascava um vídeo da TV Brasil, por exemplo, Nise Yamaguchi, que é a doutora cloroquina. Ela foi dar uma entrevista na TV Brasil e, nesse programa especial, ela defendeu, não só defendeu, ela prescreveu qual era o tratamento, hidroxocloroquina se começa a ter sintoma e tal. Então ela [TV Brasil] não é só se omitiu, ela promoveu informação falsa. Eu sempre falo o seguinte, inclusive em relação aos meu chefes, vocês têm sangue nas mãos. Se uma pessoa assistiu, e a palavra do médico tem muito poder,

“ah, a médica da TV tá falando que o remédio é esse”. Se ela assistiu aquilo ali e ela falou assim “não, eu vi na tv pública, na tv brasil a médica falando que era pra tomar isso” e ela tomou, e de alguma maneira isso acelerou o quadro mais grave ou provocou morte ou alguma coisa do tipo... essa gestão foi responsável em talvez ter difundido uma informação que gerou morte pra pessoas. Morte ou agravamento de um quadro de covid, né”. A jornalista da TV Brasil ainda ressalta que não existe “outro lado” da ciência e questiona: “quando a informação é informação de saúde, quem que é o outro lado da ciência? Vamos ouvir todos os lados, a gente vai ouvir movimento anti vacina? pra dizer que ouviu todo mundo? não”. (ENTREVISTADO 2, 2022)

O profissional que trabalha na TV Senado complementa, falando do impacto de reproduzir as falas anti ciência em transmissões públicas.

“Eu acho que o impacto mais objetivo é estimular essa política de morte pras pessoas que não tem muita informação, né, elas podem pensar “nossa, o senador falou, a médica que o senador falou tá receitando”, então as pessoas vão comprar. Tá todo mundo morrendo, na época a gente tava com escassez de máscara, escassez de álcool, tudo faltando... era muito natural que quem não tivesse informação, não tivesse condição de buscar informação, acreditasse naquilo. E quem não acreditava ficava como eu, né, ficava deprimido. Porque estava enterrando a tia e o primo enquanto tinha que ficar vendo na televisão as pessoas promovendo um discurso que tava matando sua família. E aí pra quem vive fica o impacto na saúde mental, fica o impacto físico desse desgaste todo mesmo.” (ENTREVISTADA 4, 2022)

O jornalista afirma, ainda, que em alguns momentos é necessário que o jornalismo suba o tom.

“Quando a gente estava tendo um pico de mortes super elevado, o presidente da república, ministros, parlamentares promovendo o comportamento que favorecia a disseminação do vírus, que estimulava as pessoas a não se vacinarem, aí sim o jornalismo tinha que subir o tom. Então não é nem pela questão da pandemia, mas eu acho que até numa postura, assim, de agir na contra informação mesmo. Porque não dava pra ficar indiferente, se a gente ficasse indiferente a gente estaria sendo conivente com o negacionismo e isso não pode acontecer. Aí, se você quiser ser conivente com o negacionismo, você deixa de ser jornalista, vai fazer outra coisa”. (ENTREVISTADO 4)

De acordo com as entrevistas e os fatos que cercaram a cobertura da pandemia, os principais pontos foram a má utilização dos recursos públicos no combate à pandemia, especialmente no que tange à comunicação.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como objetivo de pesquisa definir o papel do jornalista público diante de uma crise sanitária, o trabalho levou para um caminho onde a responsabilidade da TV Pública aumentou, visto que as informações de saúde passadas à população são ferramenta crucial de combate à pandemia.

Conceitos como a infodemia, o jornalismo como verdade e o que caracteriza uma crise sanitária são essenciais para entender quais foram os desafios que o jornalismo público tem enfrentado desde que se iniciou a pandemia da Covid-19, em 2020. Em um cenário de infodemia, ou seja, onde há uma quantidade massiva de informações, a sociedade precisa de um guia para ter a informação correta. E esse trabalho é feito pelo jornalismo, que é responsável por escutinar as informações até se deparar com a verdade e repassá-la. Assim, em uma crise de saúde, que é um momento atípico social onde um conjunto de fatores relacionados à gestão assola o país, as pessoas podem ter um caminho seguro para percorrer - confiando que o jornalismo público, que deve ser uma ferramenta social importante com credibilidade, estará orientando a população da melhor maneira possível.

Porém, dentre as várias falas dos profissionais, o assunto mais abordado é o perigo do negacionismo ser propagado em plena crise sanitária por uma rede de comunicação pública. O serviço público deve seguir a constituição no que tange ao direito de fala e liberdade de expressão, contudo, também não pode deixar de lado outros direitos que estão representados na carta magna como garantir informação correta de qualidade e o próprio direito à vida. Portanto, o jornalismo público é indispensável para cumprir esse dever de informar a população corretamente em um período sensível, onde a informação pode salvar vidas.

Em uma crise sanitária a imparcialidade e o “outro lado” perdem força, pois não existe outro lado da ciência. Por vezes na história o jornalismo precisará subir o tom para evitar que o negacionismo tire a vida daqueles que acreditam no poder da informação pública.

Após tantas falas de profissionais com experiência na área, fica evidente que é necessário que a discussão do que é dever do jornalista público continue no Brasil. Não apenas em uma crise sanitária, mas em momentos cruciais de desenvolvimento do país, como as eleições, por exemplo. É indispensável que o

jornalista atue com base nos princípios da verdade, especialmente quando está ligado a um serviço público.

Afinal, se a área pública exige que um jornalista formado esteja presente nas transmissões televisivas sobre a pandemia, é para que ele exerça sua função, combatendo Fake News e desinformação. E não apenas operando as máquinas e apertando botões. O senso crítico deve ser posto em prática, especialmente quando a vida da população está em risco, em um cenário onde a desinformação pode causar danos irreversíveis.

Além disso, este trabalho carrega um registro histórico do que aconteceu durante a pandemia da COVID-19; mostrando, através dos depoimentos, a censura que atingiu a TV Brasil, a TV Senado e a TV Câmara. Este documento, além de fomentar desdobramentos de pesquisas futuras a respeito deste período, também contém relatos importantes para consultas de um passado onde o jornalismo foi atacado, confirmando o poder que essa área tem de informar e mudar a realidade e saúde da população brasileira.

## 6. REFERÊNCIAS

AUDI, Amanda. Brazilian lawmakers turn public TV into misinformation tool. *Brazilian Report*, 03 set. 2021. Disponível em: <https://brazilian.report/power/2021/09/03/public-tv-misinformation-tool/> . Acesso em: 30 ago. 2022.

AVENDAÑO, Tom C.; Betim, FELIPE. 'Fake News': a guerra informativa que já contamina as eleições no Brasil. *El País*, 11 fev. 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/09/politica/1518209427\\_170599.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/09/politica/1518209427_170599.html) . Acesso em: 31 ago. 2022.

BARCELOS, Thainá do Nascimento de, et al. Análise de fake news veiculadas durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. *Revista Panamericana de Salud Pública* [online]. v. 45 [Acessado 9 Setembro 2022] , e65. Disponível em: <<https://doi.org/10.26633/RPSP.2021.65>>. ISSN 1680-5348. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2021.65>.

Carta de Brasília. Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, 2016. Disponível em: [https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Carta\\_de\\_Bras%C3%ADlia-2.pdf](https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Carta_de_Bras%C3%ADlia-2.pdf) . Acesso em 9 set. 2022.

COSTA, Cecília, 1952. *Diário Carioca / Cecília Costa*. – Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. 504p. : il. ; 14x19cm. – (Cadernos da Biblioteca Nacional).

DAMACENA, JANARY BASTOS. A DESCONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA: O MITO DA IMPARCIALIDADE NO JORNALISMO. 2007, Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/1072/2/20632400.pdf>

GUESS, André; NYHAN, Brendan; REIFLER, Jason. Exposição seletiva à desinformação: evidências do consumo de notícias falsas durante a campanha presidencial dos EUA em 2016. *Conselho Europeu de Pesquisa* , v. 9, n. 3, pág. 4, 2018. Disponível em: <http://www.ask-force.org/web/Fundamentalists/Guess-Selective-Exposure-to-Misinformation-Evidence-Presidential-Campaign-2018.pdf> . Acesso em: 9 set. 2022.

HAJE, Lara. Entidades consideram ilegal fusão da TV Brasil com a NBR. Agência Câmara de Notícias, 23/02/2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/556015-entidades-consideram-ilegal-fusao-da-tv-brasil-com-a-nbr/> . Acesso em: 28 ago. 2022.

HEES, Luciane Weber Baia et al. AFINAL, O QUE É VERDADE?. Complexitas – Revista de Filosofia Temática, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 29-39, ago. 2019. ISSN 2525-4154. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/complexitas/article/view/6585>>. Acesso em: 09 set. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/complexitas.v3i2.6585>.

INGUI, Daniela. Excesso de informação e as (des)memórias no mundo contemporâneo. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 63, n. 2, 2011.

LEITÓLES, Fernanda. Objetividade E Imparcialidade No Jornalismo Político. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/147519536.pdf>. Acesso em 22 ago. 2022.

LIMA, Regina. Programa “O público na TV”, Ouvidoria da TV Brasil. TV Pública X TV Estatal, 17/05/2012 - 23:35. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/opubliconativ/episodio/tv-publica-x-tv-estatal> . Acesso em 28 ago. 2022.

Lisboa, S., & Benetti, M. (2015). O jornalismo verdadeiro justificada. Brazilian Journalism Research , 11 (2), 10–29. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/BJR.v11n2.2015.664> . Acesso em 9 set. 2022.

MATOS, Rafael Christian de. Fake news frente a pandemia de COVID-19. Vigilância Sanitária em Debate, vol. 8, núm. 3, 2020, Julho-Setembro, pp. 78-85, INCQS-FIOCRUZ. Disponível em DOI: <https://doi.org/10.22239/2317-269X.01596>

MEDINA, Cremilda. Notícia, um produto à venda, São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

MORAES, Bruno Sodré de. Jornalismo público : um olhar sobre o Repórter Brasil. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33540509.pdf>

NETO M, Gomes T de O, Porto FR, Rafael R de MR, Fonseca MHS, Nascimento J. Fake news no cenário da pandemia de Covid-19. Cogitare enferm. [Internet]. 2020

[acesso em 05/07/2022]; 25. Disponível em:  
<http://dx.doi.org/10.5380/ce.v25i0.72627>.

NEVEU, Erick. Sociologia do jornalismo. São Paulo: Loyola, 2006.

PE, g1. Após ataque hacker em site do Ministério da Saúde, PE tem problemas para contabilizar casos leves de Covid. G1, 11 dez. 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/12/11/apos-ataque-hacker-em-site-do-ministerio-da-saude-pe-tem-problemas-para-contabilizar-casos-leves-de-covid.ghtml> . Acesso em: 28 ago. 2022.

PERON, Isadora. Lewandowski: Negacionismo do governo foi responsável pelo “aumento exponencial” de mortes por covid. Valor Econômico, 10 abri. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/04/10/lewandowski-negacionismo-do-governo-foi-responsvel-pelo-aumento-exponencial-de-mortes-por-covid.ghtml> . Acesso em: 09 set. 2022.

RIBEIRO, Lavina Madeira. Imprensa e Espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808 - 1964) / Lavina Madeiro Ribeiro - Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2004. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=VS8pZrkTaV0C&oi=fnd&pg=PA9&dq=jornalismo+p%C3%BAblico+no+brasil&ots=REQa6vYUFo&sig=w9sEIQvtceqgF-5suvWnkOczIFc#v=onepage&q&f=false>

ROTHKOPF, David J. When the Buzz Bites Back. The Washington Post, 11 de maio de 2003. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/2003/05/11/when-the-buzz-bites-back/bc8cd84f-cab6-4648-bf58-0277261af6cd/> . Acesso em: 30 ago. 2022.

SANTOS, Ébida Rosa dos. Qualidade no jornalismo político brasileiro: a cobertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff. 2019. 197 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são, Florianópolis: Insular, 2005.

VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. TV pública no Brasil: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira. 2009. vi, 206 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5468>

VETTORAZZO, Lucas. Funcionários da EBC denunciam 64 casos de censura do governo Bolsonaro. Revista Veja, 30 ago. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/funcionarios-da-ebc-denunciam-64-casos-de-censura-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 2 set. 2022.

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. 6.ed. Lisboa: Presença, 2001.

## 6.1 ENTREVISTAS

Quatro jornalistas que atuaram na cobertura da pandemia da Covid-19 foram entrevistados a respeito do tema “O papel do jornalismo público em uma crise sanitária: o desafio das emissoras públicas em uma infodemia”. As informações pessoais e de trajetória da carreira foram retiradas dos apêndices para eliminar qualquer possibilidade de identificação da fonte. O sinal “(...)”, é uma referência a um trecho que poderia ser passível de identificação ou alguma parte que foi dita em off na entrevista.

**ENTREVISTADO 1. Entrevista concedida a Jak Spies (JS), de modo virtual, em 3 de agosto de 2022. Jornalista 1 - Tv Brasil/EBC.**

**ENTREVISTADO 1:** Ah, as agruras do jornalismo público. Desculpe se der algumas pausas para responder alguém de vez em quando no trabalho.

**JS:** Sem problemas.

**ENTREVISTADO 1:** Inclusive, já tenho exemplos aqui para te dar. A nossa briga é que, já há algum tempo, desde o período da entrada do Bolsonaro, tá se veiculando a voz do Brasil com o nosso jornal da TV. Então olha só que coisa péssima: a voz do Brasil, que é um programa de rádio, abre o jornal da TV. Aí vai lá o ministro tal e tem que escutar 10 minutos do que o ministro vai falar. (...)

Mas enfim, como eu estava te falando, desde o início da faculdade já tinha um interesse em questionar como é composta a mídia no país e esse predomínio dos meios privados. Sempre me interessou a possibilidade de uma TV pública no país. Fiquei de olho na EBC desde quando eu estava me formando. Na minha visão, a TV Brasil é algo novo que possibilitaria esse processo de descolamento do Estado.

**JS:** Falando um pouco sobre a sua rotina produtiva, como funcionam os seus horários de trabalho, suas funções e a quem você está submetido?

**ENTREVISTADO 1:** (...) Você sabe que na TV é bem um trabalho em equipe. Eu dependo do que a produção vai fazer na pauta e esse material chega até mim e eu finalizo. A TV tem uma certa diferença para outros veículos na parte da hierarquia.

Eu estou submetido a uma chefia direta, mas não existe hierarquia entre pauta, produção, reportagem e edição. Ainda que exista, é mais vista como uma coordenaçãozinha, mas não existe hierarquia. Tanto é que, quando tem polêmicas, eu geralmente me auto censuro pensando na minha chefia direta. Geralmente tem que ser uma relação de confiança forte com a chefia. O dia a dia é esse e os horários são de jornalista normal, 5 horas por dia mas 2h no fim de semana.

**JS:** Entendi. Daqui a pouco eu vou voltar nessa parte da censura que você citou. Em relação à produção de conteúdo, houve alguma mudança durante a pandemia ?

**ENTREVISTADO 1:** Então, durante a CPI da covid, como era um ambiente muito controlado, eles [a diretoria da TV] colocaram um editor que julgavam um pouco mais alinhado com o ambiente ali. Foi selecionado, do ponto de vista de material humano, uma pessoa que questionava pouco. Questionava menos e apertava mais botões.

Especificamente a CPI da covid foi algo bem controlado na questão editorial, não só a TV Brasil, mas na EBC como um todo: na rádio e na agência também houve uma blindagem muito forte nos cortes da CPI. Nós estávamos analisando depois e foi realmente uma cobertura muito protocolar. Era um VT de um minuto que vinha e abordava o que foi dado na CPI. “Então, fulano chegou tal hora no Congresso, falou sobre isso aqui”. Daí pegava umas três falas da pessoa que estava para ser questionada na CPI e só. Não entravam os embates, por exemplo: se um senador da oposição questionasse alguma coisa não era colocada a fala do senador. Até não entrava a do governo. Esse é o desafio da TV pública. Na TV privada são os anunciantes e na TV pública é o governo. Então o desafio é não fazer coisas muito pró-governo. E aí na CPI da covid eles fizeram nesse formato sabe, não deixaram de dar os temas, mas foi bem protocolar: “fulano fez isso isso aquilo”. Mas não entrava nos embates, não entrava no padrão jornalístico. O padrão jornalístico demandaria você fazer uma matéria da cobertura da CPI que tivesse um líder da oposição e um líder do governo. Colocava os dois, fazendo questionamentos e dando os embates de forma natural. Isso faltou bastante na EBC.



**JS:** Na sua opinião, por que precisou ter essa blindagem exatamente nesse período?

**ENTREVISTADO 1:** Então, esse é o desafio. Até em um ponto de vista de comparação com a TV Câmara ou TV Senado, não se vai investigar um ponto de vista jornalístico de um deputado ou Senador. Não vai partir deles essa investigação. O desafio no Brasil é de separar a TV estatal da TV pública. A TV estatal pode dar a transparência dos atos do Poder Executivo. Então na hora de ter uma CPI da covid, a TV estatal ia lá ver o que interessaria ao poder executivo. Então esse é o padrão que tem e a gente tá lutando para que haja uma independência e uma autonomia para que a gente faça jornalismo de fato.

Essa blindagem é justamente para proteger o Executivo. E são colocadas pessoas nos cargos de chefia na TV, na agência e na rádio que vão justamente fazer esse papel de blindagem. E ali é quase uma briga diária. Não é algo muito fixo e estabelecido, mas no dia a dia da cobertura o chefe vai dar uma protegida. É sempre assim: no jornal ele vai dar uma olhada "não, isso aqui tá muito pesado". No texto jornalístico produzido, o repórter foi lá no congresso e mandou o texto da CPI da covid e tal: esse texto vai ser submetido a chefia, que vai olhar e fazer a sua devida proteção do Poder Executivo. Então é isso, essa é a nossa briga.

Na parte da crise sanitária da cobertura isso aconteceu. É claro que essa briga que eu tô falando da TV pública no Brasil, do ponto de vista independente, retrocedeu muito agora no período Bolsonaro. Porque justamente unificou as TVs. Existia antes a NBR, que era usada para o poder executivo, como a voz do Brasil. Tinha essa função dos veículos estatais e no período Bolsonaro ele unificou as TVs. Então acabou a NBR e ficou só a TV Brasil; ou seja, toda parte estatal passou para a TV Brasil. A TV Brasil vem tendo uma audiência grande, então, do ponto de vista estratégico, ele preferiu puxar a comunicação estatal para dentro da TV Brasil. E aí é o desafio: a gente perdeu o conselho curador. Você não tem mais a sociedade civil dentro da EBC e essa unificação das TVs foi um retrocesso muito forte para democracia brasileira. Você tinha uma tentativa de TV pública independente e agora unificou as TVs e essa briga ficou ainda mais difícil. Mas não acabou totalmente, a TV pública existe, a gente veicula coisas que são bastante próximas do jornalismo.

A gente veicula e faz produção jornalística, mas tem alguns temas sensíveis ao governo que há uma blindagem, claro.

**JS:** Nessa questão desses temas sensíveis, em relação aos seus superiores da TV, você já sentiu algum tipo de pressão ou cerceamento do seu trabalho? Já quis publicar alguma coisa e foi barrado?

**ENTREVISTADO 1:** Já, já. Nós fizemos um levantamento recente e nós já estamos no quarto dossiê de censura e governismo. Na verdade é um negócio encabeçado pela sociedade civil, mas que os trabalhadores fazem denúncias anônimas de censura e governismo dos veículos. Então eu já preenchi bastante esse formulário. Eu já fui censurado diretamente muitas vezes. (...)

Na CPI da covid nós fizemos uma crítica muito forte no dia a dia da redação de como a TV Brasil não abordou as histórias humanas por trás da covid. Então assim, isso foi intencional, partiu da chefia que “a gente não desce o familiar chorando”, que a gente não fosse no cemitério. Então assim, no ponto de vista humano a gente foi muito cru, ficou faltando uma cobertura humana. Não, na verdade não ficou faltando, não entrou mesmo. Foi uma cobertura completamente desumana. A gente não contou as histórias, não mostrou o rosto dos familiares, o rosto do próprio convidado que morreu... Então em todo esse período tiveram pouquíssimas, pouquíssimas reportagens mais humanas de acompanhamento. E isso é intencional, dá uma sensação de tragédia, de tristeza. Ficou faltando o que poderia ser esse jornalismo público em uma crise sanitária, que deva prestar contas à sociedade e não ao presidente da república. Nesse aspecto eu já enxergo uma censura clara.

A história da falta de oxigênio em Manaus, do ponto de vista da cobertura jornalística, foi um dos pontos altos desse período. E a gente deu atrasado. A gente deu um dia, dois dias depois... e foi claramente uma questão editorial. Mas é isso, essa é a briga, a gente tem diretores negacionistas, né. A nossa diretora de jornalismo fazia até festinha na redação, no auge da covid, sem máscara... Então o negócio tava feio na EBC, justamente porque tinham pessoas que foram alçadas aos principais cargos que eram negacionistas e tal. O próprio presidente da EBC, chegou uma hora, não lembro quando foi, acho que no final do ano passado, ele teve lá um questionamento, não sei se foi da Folha de São Paulo, mas ele deu a

clássica declaração de que “cobrir covid é um assunto muito chato”. Então assim, pra você ver o grau de falta de humanidade, de negacionismo e também, como compôs a estrutura federal nesse período Bolsonaro, também estava na EBC.

Outro exemplo foi no nosso dossiê, que se divide entre censura e governismo. Censura é aquela coisa que “foi barrado mesmo”, que o chefe olhou e falou assim “não, isso aqui eu vou tirar, vou censurar”. E tem uma outra parte que é a parte do governismo, que é uma parte que deu pra perceber em vários outros momentos. Então, por exemplo, se você tivesse algum problema, sei lá, um grupo record desses números que bateram, cem mil, duzentos mil mortos. Na hora dos duzentos, dos trezentos mil isso era claramente censurado, isso não entrava como grande público. Ainda que teve um acompanhamento da Tv Brasil, os números diários que a gente via no jornal, “hoje morreram x”, a gente até deu. Mas para esses números maiores não era feito nada marcando. E aí na parte de governismo era isso, você dava muito a fala dos ministros da saúde... é uma forma de você direcionar a cobertura, você põe a frente pra falar ali no microfone da TV Brasil quem está à frente do governo, que são os ministros da saúde. Então essas são as entrelinhas. tem também uma série de substituições do texto. Então você inverte o texto: ele começa com o que o Queiroga falou ou que o Pazuello falou. E aí você dá 60% do texto com a fala oficial do governo.

**JS:** Eu ia perguntar isso sobre a importância do jornalismo público de dar esse lado humano nas reportagens, mas você já respondeu.

**ENTREVISTADO 1:** É isso, porque na verdade é função nossa, eu até já tive discussão na redação com chefes às vezes não era concursado. Então tinha uma clara proteção para o sujeito virar e falar “olha é outra concepção você não está entendendo nada”. Então existe um dever no jornalismo, porque as pessoas têm o direito de informação, isso deve ser voltado para a sociedade. Então quem paga meu salário não é o Presidente da República, quem paga o meu salário é a sociedade.

**JS:** E além dessas expressões na própria TV existiam pressões políticas? Se sim, você sentiu que elas aumentaram na pandemia?

**ENTREVISTADO 1:** É, deu para perceber que claramente é um tema muito sensível. No geral, o que eu mais senti foi uma tentativa de *não cobertura*. Porque apesar de ser uma crise sanitária, ela sempre resbala para como foi a atuação do Poder Executivo para lidar com a crise. Então a pressão é um pouco nesse sentido. É meio que não dar uma cara de crise, colocar uma maquiagem nessa crise. Isso é de dia, a gente teve uma discussão feia aqui na redação justamente um dos dias que acho que completou 400 mil mortes, e aí o jornal encerrou bonitinho. No sentido de para não terminar “para baixo”, teve um quadro de musiquinha, algo assim. Aí o pau quebrou, da gente falar até no dia seguinte “olha, isso é um desrespeito. São 400 mil mortes, justo hoje a gente vai encerrar dessa forma?” Então assim, essa parte de pressão política tem isso, de não parecer que é uma crise muito pesada, muito forte.

**JS:** Se você pudesse definir brevemente qual o papel de um Jornalista de uma emissora pública nessa situação de crise sanitária qual seria?

**ENTREVISTADO 1:** É justamente numa crise sanitária que a cobertura jornalística da TV pública tem que ter uma enorme responsabilidade e ser voltada totalmente para o cidadão. Justamente porque na crise sanitária você pode avaliar o que os poderes fizeram durante a crise sanitária. Mas esse mínimo não foi cumprido, que é uma cobertura de um ponto de vista mais humano. Dar as histórias de vida das pessoas. Então esses faltam muito, e aí eu acho que esse é o papel do jornalismo público numa crise sanitária. Primeiro você tem que cumprir aquela parte básica que é voltado para diminuir a crise. Desde aquele início “use máscara, lave as mãos”. Entrevistava o especialista, coloca ele ali do lado da pia pra mostrar como se deve lavar as mãos... esse início até que não foi tão problemático. E aí se é problema no período Bolsonaro é que você tinha justamente um governo que atuou mal e que também chamou de gripezinha ... Tentou com que isso não fosse abordado e isso resbalou na tv pública. O ideal que deveria acontecer é você estar prestando serviço, ouvindo a ciência, Olha que coisa básica. O jornalismo público deveria inclusive com uma responsabilidade ainda maior do que as redes privadas ouvir a ciência, pelo amor de Deus. e eu vi sistematicamente, todo dia. poderia botar um epidemiologista na bancada do jornal Todo Dia, Para tirar dúvidas do dia a dia, entrar com flechas ao vivo não só no jornais... tudo isso voltado para ouvir bastante a ciência. e esse é o problema a gente passou por um período que era

negacionista. Foi vergonhoso ver um funcionário público, sabendo da minha função e da minha obrigação de prestar serviço e garantir a informação das pessoas como está na Constituição, é muito frustrante a EBC se voltar para coberturas que não davam a devida importância para algo que atingiu tanto a sociedade. Foi vergonhoso.

**ENTREVISTADO 1:** Você acha que as notícias tem que ser tratados da mesma forma e o cenário normal e em cenário de pandemia?

**ENTREVISTADO 1:** Não. Eu acho que a gente tem que ter uma responsabilidade muito grande. em todo início de crise sanitária você tem que tentar não ser alarmista. Por que você está dialogando está chegando em milhões de pessoas, então você tem que ter essa dosagem. Mas fazer uma cobertura responsável como deveria ter sido o caso da covid. Então há uma diferença muito grande de mobilizar redação para fazer uma cobertura sanitária à altura do que o assunto pede. É uma doença transmissível, de alta transmissão, antes das vacinas com uma alta taxa de mortalidade... então é função sim do jornalismo público separar e focar na cobertura da crise sanitária em detrimento de outros temas.

**JS:** O que você pensa da imparcialidade nessas horas?

**ENTREVISTADO 1:** Primeiro que assim, pra mim a imparcialidade não existe no jornalismo. Jornalista não é um robô. Tem uma expressão que se chama “a objetividade honesta”. Eu gosto dessa expressão porque por mais que você não seja imparcial, você consegue seu objetivo. Vou te dar um exemplo básico: cobertura do congresso não tem tanto segredo assim. Tem lá um projeto de lei para ser votado: você ouve relator, ouve a oposição e ouve a situação. Esse pode ser aplicado em qualquer governo. Você pode ser até exagerado do ponto de vista objetivo: “Hoje vai entrar 20 segundos da oposição e 20 segundos da situação”. Você consegue fazer uma formatação um pouco objetiva, para deixar claro que você está dando os dois lados e tatatá. Mas essa é uma cobertura ordinária e tal, do dia a dia. Mas em uma crise sanitária, fica lá na ciência, não tem pra onde correr. Aí que houve um problema no Brasil, que juntou o governo que estimula mais fake News dentro de uma crise sanitária. E aí o papel da Imprensa tem que ser, tem que se preocupar com o chamado “doiladismo”. Já foi até tema de sátira, o Porta dos Fundos fez sátiras com isso. “Ah, agora vamos entrevistar o epidemiologista x e

depois o tiozão do churrasco. E os dois vão debater”. Então essa relativização, esse doisladismo, é papel da Imprensa em uma crise sanitária, toma muito cuidado com isso. Vamos supor cloroquina, um caso clássico. Que tipo de imparcialidade tem que ter com o médico que defende a cloroquina? Isso é ouvir os dois lados? Não, você tem que colar na ciência. Vai nas principais revistas do mundo, o que elas estão dizendo. nas instituições estabelecidas aqui no Brasil: FioCruz, Butantã. Cola nesses locais e da cobertura, faz a cobertura.

**JS:** Você acha que muitas emissoras confundem a imparcialidade com a censura? dando mais espaço para debates com cloroquina enquanto o Brasil precisava de vacinas?

**ENTREVISTADO 1:** Aí eu acho que entra um pouquinho de uma separação de conselhos do jornalismo público da EBC dos de outras emissoras estaduais, por exemplo. É um pouco diferente do papel que não é o de deputado da TV pública da TV Senado por exemplo. Queira ou não eles devem ser guiados sim pelo público. Mas a gente sabe que existe só uma TV Senado e só uma TV Câmara. Tem que também dar o que foi reverberado pelos senadores e pelos deputados. Até para você dar de uma forma equilibrada você tem que ouvir todos os espectros que estão lá representados. Então, se tem o espectro da sociedade que foi eleito e que é negacionismo e defensor da cloroquina, você pode até dar um debate sobre aquilo. Só que, aí é que tá, você faz a cobertura do debate que teve na TV Senado, mas você pode vir logo depois com a ciência. Vou fazer em sessões na programação falando em debates do ponto de vista científico e não de cloroquina. Eu acho que a própria TV Senado e a TV Câmara também tem que ir, não adianta mostrar o deputado ou o senador defendendo um ponto de vista negacionista sem a devida responsabilidade. Então logo depois tem que vir uma reportagem mostrando que não é bem aquilo.

Mas existe essa diferença. Em tese a TV Brasil teria mais Liberdade, ou deveria ter mais Liberdade, para fazer esse tipo de cobertura que é mais próximo do jornalismo.

**ENTREVISTADO 2. Entrevista concedida a Jak Spies (JS), em Brasília, de modo presencial, em 10 de agosto de 2022. Entrevistado: Jornalista 2 - Tv Brasil/EBC.**

(...)

**JS:** E por que você escolheu o jornalismo?

**ENTREVISTADO 2:** Momento terapia, né (risos). Eu sempre quis fazer alguma coisa na área de humanas né, não me via fazendo outra coisa e fiz muito teste vocacional na época, que era ou fazer publicidade, alguma coisa na área de comunicação ou fazer jornalismo, rádio, TV, ou cinema. E o jornalismo na universidade pública em (..) oferecia dentro dessas sub áreas da comunicação o curso de jornalismo. Me identifiquei e nunca tive crise relacionada à profissão. Tenho crises salariais, mas é isso né, não tenho vontade de fazer outra coisa não.

**JS:** Me fala um pouco da sua rotina produtiva?

**ENTREVISTADO 2:** Então, primeiro o que faz um editor de texto, né. É isso, o trabalho em televisão é meio que um trabalho encadeado, uma coisa depende um pouco da outra. Então o trabalho do produtor é levantar as pautas, traz as pessoas que ele acha que podem ser fontes nessas reportagens... O trabalho do editor é feito em paralelo com o do repórter, que constrói seu texto, seu argumento. O trabalho do editor é um trabalho que você constrói junto com repórter no texto, dependendo da matéria do repórter às vezes é apenas um trabalho de revisão e dependendo da matéria do momento do dia é um trabalho que é feito quase que em conjunto, né. E aí o editor de texto é a pessoa que vai ouvir essas sonoras das entrevistas que foram feitas e pensar quando é que ela começa e onde ela termina. Qual o texto que você quer usar, você vai usar... normalmente é um trabalho que tem muita autonomia no contexto normal de qualquer redação, das que eu já trabalhei. Então você tem autonomia para bancar como vai ser feito, em qual dos trechos que você vai querer de sonora para construir e isso você pode criar as camadas, você pode trazer trilha sonora, enfim. O trabalho final é do editor de texto. Eu respondo, sempre respondi, em todas as redações você tem um coordenador de edição. E algumas redações tem um coordenador de edição, em jornais menores de

trabalho você tem um editor chefe que a pessoa que vai dar uma olhada em tudo ou não (...).

Em redações menores onde eu trabalhei, os editores de texto estão submetidos diretamente ao editor-chefe do jornal que vai, enfim, às vezes você revisa ou às vezes não. O editor de texto confia que o editor daquela matéria tá ok, ele vai montar o espelho do jornal: como é que eu começo, como é que eu termino, o que é que liga com qual assunto, você constrói na narrativa o número do Jornal. Especificamente na TV Brasil você tem um coordenador de edição, então a pessoa que é a minha chefia imediata é esse coordenador; e esse coordenador tá debaixo de um editor-chefe, mas é comum também que no dia a dia a gente fale com o editor chefe questões do trabalho, se eu preciso tirar férias, depois a pessoa conversa. Mas não é incomum que a gente também converse com o editor-chefe do jornal.

**JS:** Você disse que trabalha com certa autonomia né em condições normais. O que seria uma condição anormal?

**ENTREVISTADO 2:** Uma condição não normal é uma condição em que o seu trabalho é revisitado o tempo inteiro. Então principalmente quando se trata de temas que eles consideram sensíveis, né. Na pandemia isso aconteceu. É porque assim, a pandemia é só um desdobramento. Eu falo assim, é só um tema de um momento político que interfere completamente no jornalismo da EBC hoje. Eu costumo falar para fora que a gente tem um simulacro de jornalismo, você cria um jornal em que o contraditório não é bem-vindo, em que a pluralidade de fontes não é bem-vinda. E aí esse jornal, para quem assiste, você está vendo na sua casa; se você é leigo, você está vendo um telejornal. Ele tem cara de telejornal, ele tem apresentador, ele tem notícia, enfim, só que você tá vendo um material que foi produzido sob condições que não são as condições normais de temperatura e pressão. Eu brinco que é um jornal para quem toma Rivotril assim, porque é um jornal que não existe tanto problema. Nesse jornal, o país que está funcionando, a pandemia não é tão grave quanto parece, então o telespectador tem a impressão de jornal, que você tá sendo bem informado. E claro que tudo passa por esse controle, mas as coisas que eles consideram mais sensíveis sempre estão sobre revisão constante. Então é muito comum, foi muito comum no período que eu faço uma matéria com repórter, eu



escolhi, eu edito e tal. E a gente no passado tava com mídia física, hoje é tudo digital, então você edita e manda um arquivo final pra uma pasta que vai exibir esse jornal. Então a gente sabe o que é essa intervenção, ela pode acontecer em várias etapas do processo. Às vezes o repórter vai ser abordado antes mesmo de fazer o texto sobre como deveria ser a abordagem que ele teria que fazer, a produção, a conta foi pensada com esse filtro. Ou a edição do próprio editor, ele também pode se auto de censurar ou ser censurado. Ou vai ficar tudo certo e a matéria vai no final para lá, você assiste e você fala “não foi essa a versão que a gente tinha mandado”. Então escuta “ah, fulano veio aqui, o chefe veio aqui e mexeu, tirou uma parte”. Acontece isso, pode acontecer em vários momentos da cadeia de produção. Inclusive pode acontecer da matéria, quando ela vai para o YouTube, ela ter sido alterada. Por que passou alguma coisa que eles não detectaram, mas que depois que foi ao ar, “opa, essa matéria tem que ser mexida” então, normalmente, essa não é a lógica de uma redação normal. Embora as redações privadas e eu trabalhei essas interferências acontece para o motivo versus comerciais principalmente né então você tem um parceiro que anuncia naquela TV mas assim eu posso dizer na comparando as duas experiências que eu sofri muito mais censura, corte de matéria na empresa pública onde eu trabalho do que nas empresas privadas onde trabalhei, não tem nem comparação. A diferença era a seguinte: nos lugares onde trabalhei na empresa privada, o editor chefe, as figuras que são chefes, o diretor de jornalismo, ele tenta ser um elemento que tenta convergir essas duas, ele tem uma demanda que ele tá ali, tem que atender demandas comerciais ou governamentais e ele tem uma redação de jornalismo que quer fazer ele produzir matéria de denúncias coisas do tipo. E ele trabalha nessa atenção. Mas os lugares onde eu trabalhei, a minha experiência, é o diretor de jornalismo que sai em defesa do jornalista tentando fazer o máximo possível para que a matéria saia. Ele é jornalista, ele sabe que aquela matéria tem interesse público e ele vai defender que aquela matéria saia. Ele vai tentar achar um meio-termo ali que ele possa atender a empresa para a qual ele trabalha e também produzir matérias. E isso é um exercício que pessoas que são chefes fazem, de convencer que a gente não pode só fazer matérias desse tipo, de vez em quando dá alguma coisa, que se não fica muito chapa branca e tal. Na TV Brasil essa pessoa que seria o meio-de-campo é o oposto, não é a defesa do Jornalismo e dos Jornalistas, ela compra muito mais. Eu, na minha avaliação, comparando com as duas experiências, ela compra muito mais a instrução que vem

do seu do seu superior de cortar ou censurar, e quase que o jornalista vira um inimigo, a figura do jornalista, você tá atrapalhando a manutenção do cargo. Porque tem uma lógica que é a lógica do cargo né, assim, da manutenção do cargo. Então eu preciso atender. Eu tenho certeza que muitos dos chefes não pensam da maneira que o governo pensa, mas eles se dispõem a isso por uma manutenção mesmo dos seus cargos e salários. Não é que eu ache que todos eles são anti-vacina ou bolsonaristas, mas eles estão dispostos a jogar do jogo pela manutenção dos seus empregos.

**JS:** Eu ia perguntar de onde você acha que vem essa pressão, vem do governo?

**ENTREVISTADO 2:** É difícil, porque assim, é tudo muito velado, não tem um e-mail que chega pra a gente falando assim “gente, a partir de agora está proibido”... isso não existe. Porque isso seria inclusive eles gerarem provas contra eles mesmos. Então tudo é muito velado. Assim, você faz a matéria, aí você mandou e depois fica sabendo que alguém foi assistir aquela matéria... e essa cultura, [é mas a repercussão é que acontece porque é tudo antes assim não chega nem aí] ela termina criando uma cultura de medo de autocensura que às vezes nem precisa que a chefia dê algum tipo de ordem. É porque essa ordem nunca vai vir assim, por exemplo... Ela nunca vai vir, jak, te falando o seguinte: “tira isso aqui. Não queremos isso, o governo não quer isso” ela nunca vai vir assim. A pessoa vai criar uma história; se ela quiser dar uma explicação né, pro repórter: “eu tô achando que isso aqui tá meio... tá muito grande, a gente podia cortar mais um pouco aqui...” Sempre tudo muito velado. Então essa cultura faz com que, por exemplo, do repórter saber que aquele tema que é sensível vai ser derrubado, então ele mesmo fala assim “ah não vou colocar”. Você sabe que não vai, então termina que isso é ruim, porque o trabalho jornalístico é difícil ser feito quando você está sempre com medo do que pode acontecer, né. E a censura se desdobra em outras coisas que é a perseguição, o assédio... A pessoa tem poder de mudar o seu horário, a pessoa tem poder de tirar um setor e colocar em outro... E isso mexe com a nossa vida, né, com o nosso cotidiano. Ela tem um poder também de uma prática de assédio que é tirar você da pauta que é mais relevante e te colocar para fazer a pautazinha mais frufu ali do dia a dia, porque sabe que você é a pessoa que vai querer comprar alguma briga editorial. Então isso se desdobra em muitas coisas, assim, sabe. Então é o tipo de coisa que nem todo mundo quer lidar [com esse tipo de coisa].

Você faz assim, sabe, para evitar a fadiga, faz quando tem que ser feita mesmo. E é difícil, porque assim, o nosso dia a dia é difícil. Tem dia que você tá cansado também de comprar essas brigas. Você fala assim “sabe de uma coisa... vai assim mesmo”.

**JS:** Vai neutro.

**ENTREVISTADO 2:** Assim, o que é ser neutro, né... É porque assim, por exemplo, se você faz uma matéria que de alguma maneira tem uma fonte que faz uma crítica ao governo, essa matéria ela não vai ao ar. Ou ela só vai ao ar quando tiver o outro lado, então a gente vai ouvir o governo sobre isso, beleza. Só que o outro lado só funciona para quando o governo é de uma maneira criticado ou atacado. O contrário de ter pluralidade de fonte não acontece por exemplo se é uma matéria governista, a matéria fala que “ah governo diz que a pandemia está controlada e taltaltal”. Quem é a fonte que vai poder analisar essa fala do governo? Essa fonte não existe, essa fonte não vai existir. Então, entendeu o que eu quero dizer? Só tem duas fontes ou mais quando o governo é o alvo, se é o governo que está falando. E no jornalismo, normalmente, na prática do jornalismo, a gente vai trazer algum representante de organização civil que vai poder fazer uma análise, um pesquisador, um estudioso que vai poder falar “Não beleza, o governo tá falando isso mas a gente tá percebendo que é isso, isso, e isso”. Isso pra qualquer área, não só saúde, é a prática normal do jornalismo fazer essa análise. Às vezes a área do pesquisador reforça análise do que foi feito às vezes não, mas então a preocupação com pluralidade de fonte só existe quando o governo pode vir a ser alvo de críticas.

**JS:** E voltando para a pandemia, você sentiu que essas brigas políticas, essa censura, essa pressão aumentou durante esse período?

**ENTREVISTADO 2:** Muito. Muito, muito, muito, muito, muito. Porque assim, misturou tudo, né. A gente tá reportando o tipo de coisa que nos afeta também, pessoalmente, né. Então acho que pra todo mundo a pressão ficou maior. E a gente, enquanto jornalista, também ficou muito sensibilizado com aquilo tudo, porque eram os nossos amigos e parentes que também estavam morrendo. Aquele negócio né, a gente também era o alvo. Então você está reportando uma coisa que não é só externa, você tá falando sobre fazer uma matéria aqui sobre a crise no

Afeganistão: é uma coisa que é de fora, ele tá falando sobre coisas que nos afetam. E tava no momento que a gente tava trabalhando de casa, tava tudo muito sufocante. O que acontece, assim, pandemia não só na TV, né. Na rádio foi assim, na agência Brasil, que é o site da EBC, também foi assim. A TV Brasil ela teve, na minha avaliação, um registro protocolar da pandemia. Se você falar assim “a TV Brasil não deu nada de pandemia”, o cara vai dizer assim “não, mentira. Vou te mostrar aqui, porque teve”. Então todo dia você tinha essa coisa do que os jornais fazem até hoje: o número de mortos, tatatatata. Então você tinha lá o apresentador falando assim: “ah vamos ver como é que tá hoje o número de mortos de casos e tal”. E isso é uma coisa que tinha diariamente, fazia com que o jornal escapasse da crítica de que não dava pandemia. Mas eu não lembro, eu não tenho lembrança de ter visto no telejornal que eu trabalho, uma pessoa que perdeu alguém de covid dando entrevista. E eu acho que assim, a gente tem muito no telejornalismo a coisa do personagem, né. O personagem traz identificação, humanidade. Quando você assiste, um número é um número. Cê fala assim: “morreram 400 mil pessoas”. Beleza. Quando tem uma mãe, uma esposa que conta assim: “tava com meu marido aqui, e aconteceu isso, e ele ficou sem ar e a gente lutou para conseguir um leito e não tinha respirador” isso dá uma outra dimensão, né, pro telespectador. Essa pandemia tem um rosto. E a gente viu os telejornais todos fazendo muito isso, assim né, a coisa de contar história. Eu não lembro como era, se era o jornal nacional, que tem uma coisa, acho que era do fantástico, na verdade era um projeto, era “os incontáveis”, eu não lembro como é o nome, que era essa coisa assim: “Quem eram as pessoas que perderam?” E as pessoas contavam: “meu marido gostava muito de samba, ele era uma pessoa assim e tal, aí aconteceu isso”... Então na TV Brasil o personagem nunca existiu, esse personagem que foi a vítima da covid que morreu. Então eu acho que isso, para mim, foi uma das coisas que mais me entristecia. Porque se você assistia, um número é um número. Acho que a gente não tem dimensão do que é 600 mil pessoas quando a gente não sabe quem eram essas pessoas. Qual é a dor de quem convive com o luto de perder alguém? A gente não tem dimensão e isso era uma coisa que foi fundamental. A gente pedia para fazer e cada vez que tinha chegada de um número redondo, que era assim, 100.000, 200.000. Então a gente “precisamos fazer” e era “não, estamos vendo, vamos fazer”. E não era difícil encontrar alguém tinha perdido alguém por covid. Então as matérias nunca tiveram,

que eu acho que era mesmo uma lógica de mostrar o lado positivo, o que estava indo. Então as coisas que estavam caminhando podia fazer matéria, ou fazer matérias tipo recuperação, as pessoas que estão com consequência da covid como é que tá sendo a fisioterapia. Então sempre a lógica, né, que era uma lógica do governo bolsonaro, que era não focar nos que estavam sendo, né, aquela máquina de moer gente que era pandemia ali no começo. Então focar nos que estavam sobrevivendo. Então tinha essa lógica de dar ênfase a esse número dos que tiveram a covid, sei lá, o número de casos é 1 milhão e morreram 100. “ah, então novecentos mil que não morreram”. Então era sempre a lógica inversa, assim, que você não consegue focar na questão principal. Então a coisa do personagem foi uma coisa crítica, que eu que editei e eu que assisti, não tenho lembrança de nenhuma pessoa que tenha chorado na TV Brasil contando que perdeu alguém. E era sempre isso, como eu falei, “ah, jak teve covid né, ela disse que sente hoje dores nos ossos”. Aí um fisioterapeuta conta assim: “tá ruim mas sobreviveu”. E o outro ponto, assim, que foi crítico (...) Então, mas quando eu falo dessa parte do personagem, é um negócio que a gente foi censurado, que já começou na pauta. Então não tinha uma pauta que era sobre sei lá, os órfãos da covid, pessoas que perderam um pai, essa pauta nunca existiu. Então eu nem cheguei a ser censurada, porque essa pauta morreu no começo.

[parte em off]

Como que é a pressão que a gente lida no dia a dia, né. E aí a gota d'água da pandemia foi janeiro de 2021: crise de respiradores em Manaus. Então, a TV Brasil não deu nada sobre isso. A desculpa poderia ser que a gente não tem repórter em Manaus. Primeiro que assim, a TV brasil hoje, se Bolsonaro vai inaugurar uma ponte de 5 metros de madeira, vai ter um repórter acompanhando Bolsonaro. Então o recurso para acompanhar a viagem não era uma questão. Não é, porque hoje sempre vai ter alguém acompanhando Bolsonaro onde ele estiver. Então era o tipo de demanda jornalística que demandava deslocar alguém para Manaus, que era o centro, o epicentro da pandemia naquele momento, era Manaus. Isso não foi feito. A outra coisa que a gente tem na TV Brasil, ela trabalha com parceria colaboração com as TVs públicas estaduais. Então a gente tem as TVs públicas, inclusive a TV Cultura, que embora não seja a mesma rede de emissoras, para matérias como esse tipo cederia tranquilamente a matéria para ser veiculada, né, sei lá. Então a

gente tinha emissoras públicas que estavam lá, não só emissoras públicas, porque quando é um assunto que sei lá, interessa: Mariana, desabou ou alguma coisa do tipo, se precisar eles recorrem ao SBT excepcionalmente, Rede TV... então isso acontece. Era o tipo de coisa que, uma questão de primeira necessidade. “Temos que dar isso, nem que a gente tenha que recorrer a outras emissoras”. Nada disso foi feito, então eu lembro que nessa época, em janeiro, era essa a situação, assim, que as pessoas estavam morrendo por falta de respiradores em Manaus. Eu lembro de uma frente de artistas que começou, Whindersson Nunes, “quem pode comprar respirador?” As pessoas se mobilizaram. Então tinha essa pauta em Manaus, tinha a pauta de como as pessoas estavam se mobilizando por fora do Estado, do equipamento estatal para comprar respirador, eu lembro que tinha... não sei que lá, Anitta, não sei, todo mundo tentando de alguma maneira colaborar, tinha vaquinha virtual, várias coisas que estavam sendo feitas para tentar amenizar a situação lá e as imagens eram aquelas imagens que eram aquelas covas, assim, que eram caixões, caixões e caixões. E o telespectador da TV pública não viu essa cena, ele não viu isso no telejornal. E por isso que eu falo que assistir esse jornal é um jornal para quem tem problema de saúde mental, porque você assiste e fala assim “nossa, tá indo tudo super bem, né”. Porque as coisas que foram crises, assim, principais elas não estavam lá, não teve cobertura disso.

**JS:** E nessa parte qual você acha que é o papel do jornalismo público no meio de uma crise sanitária?

**ENTREVISTADO 2:** Nossa Senhora, todas as vezes que a gente ficava vendo os outros veículos, assim, a TV pública nesse nesse momento teria sido... não sei nem dizer, porque assim, se até as empresas privadas, TV globo, Band, elas tiveram um papel que eu considero fundamental da cobertura da covid, da humanização desses corpos, desses rostos. Quem eram essas pessoas. Elas tiveram esse papel, que dirá a TV Pública, que poderia dedicar o seu jornal inteiramente. Ela não tem compromisso com outra coisa, se não com o cidadão. Então ela não tem que colocar, depois da matéria, a estréia de Pantanal, por que vai ter que ter uma matéria rec. A TV pública poderia usar o tempo que fosse necessário para produzir conteúdo ou produzir, eu lembro que a Globo tinha um negócio que era... Durante um tempo eles criaram um programa que era com Márcio, que era um programa, tipo assim: "coronavírus", que era um programa temático que ia ao ar também todos

os dias com especialista dando dica de como fazer uma máscara caseira, que você conseguisse dobrar um lenço... Eu falo assim, além dos telejornais, a programação da globo ela se adequou a criar novos produtos para atender uma demanda de informação que existia naquele momento. A TV Brasil teria espaço para fazer isso ao longo da grade em vários horários diferentes, sem ter um limite de tempo, sabe, não tem um compromisso. Não tenho que entrar no break depois, então poderia fazer programas especiais sobre isso a gente poderia... eu senti falta, por exemplo... e também tem isso, né, as fontes que as TVs na iniciativa privada escutam também são um pouco as mesmas. E a TV Brasil, por exemplo, a gente já ouviu no passado Conselho Nacional de Saúde, que é uma frente né, um conselho da sociedade civil dentro do ministério da saúde que aponta, faz críticas à condução do próprio Ministério. Então assim, essas fontes você não via na Globo, raramente você via numa Globo News, porque também elas eram tão mais críticas... E as vezes a Globo também faz essa coisa de pegar um pesquisador, alguém meio neutro. E por exemplo, essas pessoas poderiam estar na TV pública. Eu sei porque eu sigo o ministério da saúde, conheço essas pessoas, então elas estavam produzindo muito material, pesquisa, conteúdo sobre a condução, o que tava errado, o que tava funcionando, até o que não tava. E a gente não conseguiu essas fontes, não foram ouvidos na TV pública que era o lugar delas serem ouvidas, delas terem espaço, serem respeitadas e tem espaço de falar ali dentro. Isso não aconteceu. Então assim, eu fico pensando, a TV Brasil tem uma programação infantil grande né, cê podia ter criado faixas, coronavírus meio que pra crianças naquela sessão na parte do desenho, o que é o vírus... assim, o que extrapola o jornalismo em si. Você poderia fazer isso na programação infantil, poderia ter uma cadeia de difusão de informação correta... Quando eu falo informação correta é a informação de serviço também, né, sobre ciência, sobre lavar a mão... sabe, essas coisas que a gente estava vendo nos lugares, defesa da vacina... as pessoas tinham muito medo no começo e tal, e o movimento antivacina também. Então o papel que a gente deixou de cumprir... eu lamento muito assim, porque era o tipo de conteúdo que a gente poderia ter feito. Eu falo assim, se tinha uma TV que poderia ter tido liberdade para mexer na sua programação... Sabe, ela não tem um compromisso comercial com ninguém, então ela pode mexer na programação, ela pode tirar do ar a novela, sei lá, excepcionalmente e criar um programa novo. A gente tinha esses espaço, a gente tem jornalistas que são muito capacitados e que

poderiam tratar a frente. E eu sei de muita gente que gostaria de ter, repórter que queria ter viajado. Por que além de tudo é a cobertura de uma vida, né, quem trabalhou na cobertura da covid com cobertura de fôlego, que fez matérias relevantes, você tem no seu portfólio. Falo assim, além do papel social do jornalista, você tem no seu portfólio a cobertura de uma pandemia, matérias que assim, “essa é a matéria da minha vida”. Isso não aconteceu com a gente, né. Eu tenho um amigo que trabalha no Uol e eu ficava vendo ele fazendo as matérias, ele foi pra manaus e tal, e eu ficava só sonhando, falando nossa (...) fazendo matérias impressionantes, sobre como nos cartórios o número das certidões de óbito eram um número muito maior do que normalmente... Então você tinha muita coisa para ser feita que infelizmente não pôde. Nesse sentido a TV pública falhou, na sua missão que é a missão de formar o cidadão, produzir nele consciência crítica, dele assistir o telejornal e ver o Brasil com o tá acontecendo naquele momento, que era o retrato do que era o país. Isso não aconteceu, então em relação a isso, assim, a TV pública falhou naquele momento - naquele momento não, que nós ainda estamos vivendo isso né, mas principalmente naquele momento.

E pelo contrário, ela não só falhou pela omissão, como ela falhou ao dar espaço as pessoas na CPI da covid, né, era uma tristeza você assistir a CPI da covid e de repente tascava um vídeo da TV Brasil, por exemplo, Nise Yamaguchi, que é a doutora cloroquina... Ela foi dar entrevista no programa de entrevistas da TV Brasil especial e nesse programa ela defendeu - não só defendeu, ela prescreveu qual que era o tratamento, hidroxicloroquina, se começa a ter sintoma e tal. Então assim, é isso, não é só que ela se omitiu, a TV nesse sentido, ela promoveu informação falsa. E eu sempre falo o seguinte assim, inclusive em relação aos meu chefes: vocês tem sangue nas mãos. A TV pública, quando ela não fala com ninguém, cê fala assim “ah, tem um ponto de audiência”, um ponto de audiência, da última vez que eu vi, são 250 mil domicílios, que dá mais ou menos 700 mil pessoas. Então, assim, quando ela tá falando com ninguém, cê fala “ah, deu um ponto de audiência”, tem 700 mil pessoas que assistiram aquilo ali. Se uma pessoa assistiu, e a palavra do médico tem muito poder, cê fala assim “ah, a médica da TV tá falando que o remédio é esse”. Se ela assistiu aquilo ali e ela falou assim “não, eu vi na TV Pública, na TV Brasil a médica falando que era pra tomar isso” e ela tomou, e de alguma maneira isso acelerou o quadro mais grave ou provocou morte ou alguma



coisa do tipo... Basicamente a TV pública, não a TV porque enfim, se Deus quiser e tudo isso acabar a TV sobrevive a essas pessoas que estão aqui, mas essa gestão foi responsável em talvez ter difundido uma informação que gerou morte pra pessoas. Morte ou agravamento de um quadro de covid, né. Então é mais que omissão, foi a propagação de informação, é o jornalismo que não foi contextualizado. O jornalismo não é declaração. Eu posso, sei lá, “presidente Bolsonaro falou hoje que a covid é uma gripezinha”. Isso não é jornalismo, isso eu to reproduzindo uma declaração dele. Então o jornalismo vai contextualizar, né: “ele disse isso, mas, segundo a OMS...” você vai construindo as fontes. Então se a gente só declara o que a pessoa falou... Agora por exemplo com as eleições, “ah, presidente disse que a urna não é confiável”. Tá, “o presidente mente ao falar que a urna não é confiável, porque o TSE, o Instituto tal, tatatá...” Todo mundo que certifica, diz o contrário. Então você contextualiza, naquele momento não existia contextualização do que tava sendo dito. Então isso para mim uma coisa, assim, quando eu penso nisso eu falo assim, gente... não é só que gente não divulgou como devia ser divulgado e tal; a gente promoveu informação de saúde errada. A gente não, que não tenho parte com esse povo não, mas essa gestão promoveu informação de saúde que pode ter agravado caso de covid ou pessoas podem ter até morrido ao ter confiado numa informação que elas assistiram na TV Pública.

**JS:** Indo para o finalzinho eu ia falar sobre essa parte de como tratar a notícia, se ela deve ser tratada de uma forma diferente em uma crise sanitária como no caso da pandemia. E onde que entra a imparcialidade do jornalismo nesse caso?

**ENTREVISTADO 2:** Poisé, quando a informação é informação de saúde, quem que é o outro lado da ciência? Vamos ouvir todos os lados, a gente vai ouvir movimento anti vacina? Pra dizer que ouviu todo mundo? Não. E assim, no caso da EBC, da EBC e de todos os veículos, você tem um manual de jornalismo que rege a linha editorial do que se produz ali dentro. E a EBC tem um manual que é muito bom, embora seja descumprido hoje, que tem as diretrizes de como trabalhar informação e ele passa por várias questões, inclusive questões de saúde. Mas ele cuida por exemplo, dos direitos da criança, então ele é pensado a partir do ECA, né, do instituto da criança e do adolescente... então não é uma questão também que a gente tira da cabeça, a gente tem a nossa formação, mas a empresa, as empresas em geral, têm seus manuais de jornalismo e a EBC tem seu manual de jornalismo

em relação às questões também de saúde. Então nesses casos a informação de saúde é isso, ela vai ouvir cientista, ela não tem que dar o outro lado. E eu acho também que ela passa pela contextualização que ultrapassa, né, que não se faz jornalismo declaratório, passa pela humanização que é o tipo de coisa que você fala assim “mas eu dei essa matéria”; tá mas qual foi a abordagem que você deu? Você deu um número, mas quem foram as pessoas, quem são os rostos por trás dessas 600 mil mortes? Quem são as pessoas que ficaram enlutadas, quem são os filhos que ficaram sem pai, às vezes sem pai e mãe... então isso também, essa desumanização põe a pandemia num campo abstrato né, é uma coisa assim... ah, isso é um número. Então eu acho que isso também serve, esse tipo de condução, que não humaniza, ela também é um desserviço ao jornalismo, porque várias vezes a minha ficha como jornalista caía quando eu assistia coisa em outros veículos, quando você se deparava com essas histórias, né, com o compromisso com trazer cientista. A gente descobriu que o Brasil tinha um celeiro de pessoas que, desde a Átila Iamarino, pessoas que eram muito capacitadas pra falar sobre o assunto. Essas pessoas, por exemplo, Atila? Nunca vi Átila na TV Brasil. Aquela, como chama a outra, ruiva... Natália Pasternak, nunca vi na TV Brasil essas pessoas. Então o cientista não tinha muito espaço na TV Brasil né, porque o que que ele vai falar, o que o cientista vai falar sobre a condução do Pazuello na pandemia? O que que ele vai falar sobre os e-mails ignorados pelo Governo da Pfizer? Vai ter uma fala crítica. Então penso que assim, o jornalismo da EBC tem essas diretrizes que são excelentes, desse manual de jornalismo, quando elas são cumpridas, quando ele é levado a sério. Porque ela foi pensada, inclusive pela sociedade civil, não é uma coisa que partiu de cima, é uma coisa que foi construída coletivamente com outros atores, de pensar como é que essa abordagem em relação à saúde não tem outro lado, né, informação de saúde é prioridade.

Um exemplo a parte, a TV Brasil trata, no seu manual de jornalismo, nudez. Tem um tópico só sobre nudez. Quando que pode ter nudez, quando que não pode. Então pode ter nudez com matérias de povos originários e tal... Pode ter nudez com matérias que estão ligadas com informação de saúde. Eu já foi censurada, na TV Brasil, numa matéria sobre (isso aí não é pandemia, mas só para dar um exemplo) câncer de mama. Mulheres que passam por mastectomia, que é a retirada do seio, têm direito a reconstrução da mama logo em seguida também feita pelo SUS. então

cê vai poder reconstruir, poder colocar silicone e tudo mais. e vem uma matéria que veio de um outro estado na TV pública em que o médico mostrava e tal. e a minha chefia censurou essa matéria. eu tenho certeza “não, tá muito exposto e tal”... e cê fala assim, não, mas o manual do jornalismo fala assim... aquela nudez ela não está em um contexto erótico, ela ali é infomação de saúde. “Não, mas não pode”. E eu tenho certeza que a censura deles não veio de cima, mas é o medo de que alguém do governo, alguém de cima fale: “mas que pouca vergonha é essa na TV Brasil”, por exemplo. Então você deixou de dar informação de saúde, que é se você teve câncer e teve que fazer uma mastectomia, você tem direito pelo SUS de agendar logo em seguida a reconstrução da mama. Então o manual do jornalismo garante isso, para quem tem dúvida a gente vai consultar esse manual. Não, o manual fala que não tem problema. Mas o nível da loucura deles é tão grande que essa informação de saúde, que poderia ter prestado um serviço para o espectador, ela não foi ao ar por causa de uma censura meramente moralista. Porque como eu falei, eu não acho que eles pensam exatamente assim, as chefias. No caso deles, assim, é topar qualquer coisa para manter o cargo. “Se tiver que colocar que cloroquina resolve, a gente põe”. Falo assim, o limite ético quase que não existe. Até onde você iria se você ganhasse, sei lá, como alguns ganham lá, vinte mil por mês, 15 mil por mês, qual o seu limite, até onde você iria... falo assim, “aqui pra mim...eu num tenho condição mais”. Até onde você iria pelo cargo, pelo dinheiro. O que você toparia. E aí eles toparam muita coisa. Mas, pra mim, essa parte por exemplo que eu falei da entrevista da Nise Yamagucci, divulgando informação falsa... isso para mim, assim, é uma expressão que... a gente não fala isso pra eles né, mas eles tem sangue nas mãos. Então, quem que quer ouvir isso, né? Então por isso que a gente fala aqui anonimamente, porque eles vêm pra cima da gente de uma maneira (...).

Nossa tristeza e o nosso desejo agora é que a TV Pública volte a ser o que ela era. E não só isso, que ela se expanda, que as pessoas assistam. Meu pai não tem TV a cabo em casa, ele assiste três canais: ele assiste a TV Brasil, a Globo e o SBT. Então hoje eu tenho tristeza assim, por mim, meu pai não vê nada desse jornal. Porque é o jornal que você assiste, como eu falei, pra você ficar... “nossa tá indo tudo tem no país assim, tudo em paz”. Porque a saúde é um braço e o mesmo acontece com outros temas né, então emprego: você não vai ter matéria sobre

sobre desemprego. Matérias que apontem as deficiências desse governo. Então você vai ter muita matéria frufu, o dia de não sei o que, cê enche linguíça com isso. E hoje o jornal, ainda por cima, tem Voz do Brasil, não sei se você já viu alguma vez né, porque a voz do Brasil que passa na rádio também é transmitida por vídeo, você pode assistir pelo YouTube e tal. E aí a voz do Brasil é um programa governamental, não vai ter lá, não tem pluralidade de fontes, é um programa do governo. Aí vai lá o ministro, todo dia vai alguém do governo dar entrevista, falar das ações do governo. E aí na TV Brasil hoje o jornal começa, quase que todos os dias, “vamos ver hoje, assistir um pouco da Voz do Brasil” e põe a câmera no estúdio da voz do Brasil que vai tar o ministro sei lá, como é o nome do que é agora... Queiroga, eles vão estar lá falando sobre as ações do governo e tal tal tal. Então assim, já começa aí né, porque aquilo não é jornalismo. Mas como tá dentro do jornal, você fala assim, “opa. Isso é jornalismo, né”. E assim, não tem problema ter voz do Brasil, acho que o governo tem que ter seus aparatos, a TV Brasil tinha separado antes, duas TVs né. TV Brasil é TV pública. E sempre existiu, quando ela foi criada junto a TV NBR, que era TV do governo Federal, que é a TV que vai cobrir os atos governamentais, que vai ouvir os entes, gestores do ministérios, enfim. Era uma separação, então você sabia quando você tava assistindo esse outro canal, que esse era um canal do governo. Só que agora eles unificaram, então você assiste conteúdo governamental dentro do jornal que é um jornal que seria de jornalismo normal né, de jornalismo público. Então nessa mistura o espectador já não sabe mais o que é do governo e o que é TV Pública, é uma confusão. Então também tudo isso, essa junção, como eles fizeram, colaborou para que não se faça jornalismo como deveria ser feito. Que dirá jornalismo público. Então é tudo meio misturado. Aí nisso você assiste e você acha que... se você não tem o mínimo de criticidade, um telespectador que tem o perfil como o meu pai, ele não vai diferenciar o que é o que. “Não isso aqui é comunicação do governo, isso aqui é...” não tem. (...)

**ENTREVISTADO 3. Entrevista concedida a Jak Spies (JS), em Brasília, de modo presencial, em 10 de agosto de 2022. Jornalista 3 - Tv Câmara.**

**ENTREVISTADO 3:** (...) Eu sempre quis trabalhar no setor público (...), desde 2005 trabalho com comunicação pública em Brasília. Eu fui coordenadora de produção na radiobrás e (...). Depois editora chefe da voz do Brasil, além disso também trabalhei na NBR. Aí passei pra Câmara dos Deputados e trabalho aqui desde 2011 como jornalista do poder executivo.

Comecei na Câmara dos Deputados como repórter, fui jornalista de rádio. Mas, desde que eu cheguei, a gente implantou na radiobrás uma redação multimídia, na época, já foi desfeita, mas na época a gente tá trabalhando muito com conceito de redação multimídia tentar fazer com que os repórteres eles fossem repórteres de várias plataformas e não de uma só. Aí eu vim para cá logo nesse contexto então eu cheguei avisando “ó eu passei para rádio, mas se quiser eu faço TV e escrevo também ao mesmo tempo”. Então desde que eu entrei aqui em 2011 eu faço TV e rádio, desde sempre. Aí eu fui um tempão repórter, jornalista mesmo, e agora recentemente, não, sete anos atrás, eu virei uma jornalista de plenário. Aí ano passado que criaram uma coordenação de transmissão ao vivo e me chamaram para ser diretora dessa coordenação de transmissão ao vivo. É uma coisa na coordenação completamente nova e que a gente cuida justamente de tudo que vai passar ao ar vivo na TV e no YouTube. Então hoje eu tô responsável sobre isso, com isso entendeu a gente apresentou a nova transmissão ao vivo que aparece as telas laterais com explicações então a ideia toda é a gente fazer com que as pessoas entendam o que está acontecendo aqui em tempo real por que a linguagem é uma linguagem muito complicada é um processo muito técnico e é muito difícil as pessoas conseguirem saber o que está acontecendo aqui então o meu objetivo principal na frente dessa coordenação é fazer com que nossa equipe toda escreva simples, fale e simples e faça tudo da forma mais entendível compreensível possível do público, entendeu? A gente tá no caminho.

**JS:** Como é a sua rotina produtiva? Você chegou a cobrir a CPI da Covid?

**ENTREVISTADO 3:** Eu trabalhei parte da pandemia em casa (...). Mas quando eu tava remoto ele já tava com o jornalista de plenário. E aí qual é a minha rotina, minha rotina depende muito da pauta do Plenário Ulisses Guimarães, então sem pandemia, era basicamente assim: na segunda feira eu estudava a pauta e aí fazia todas as minhas anotações, o preparo do contexto, de estudo mesmo, que as

propostas propostas são complexas e não é uma coisa fácil que você conseguiu explicar aquilo para as outras pessoas então eu estudava na segunda-feira e na terça na quarta na quinta tinha a sessão então eu cobria a sessão de cabo a rabo e entrava ao vivo dela várias vezes ao longo da sessão toda eu entrava ao vivo fazendo explicações e ainda fazia explicações no final dela, que a gente tem um resuminho no final, aí eu entrava ao vivo no final também fazendo esse resumo pra TV e pra rádio, sempre nesse conjunto e na sexta-feira eu gravava um resumo da semana do plenário que é um resumo bem coloquial, bem didático, uma conversa bem didática bem descontraída mesmo sobre o que foi aprovado no plenário Ulisses Guimarães e que diferença isso faz na sua vida. Então essa era minha rotina sem pandemia. Aí com a pandemia, chegou na pandemia primeiro que a gente ficou um tempo sem sessão, né. Depois as sessões vieram e com as sessões eu tava trabalhando de casa estava acompanhado as sessões todas de casa, gente não podia entrar no plenário, então eu estava gravando tudo de lá. Parte desse dessa rotina não existia mais, então por exemplo as entradas ao vivo que eu fazia durante a sessão pararam de existir, porque não tinha como fazer isso, tecnicamente falando; o resumo no final também eu não fazia mais, porque ficou só com narrador, só uma pessoa podia entrar no plenário, era ele que entrava, não era mais duas pessoas, era só ele, porque a ideia era reduzir a quantidade de pessoas, né. Aí então eu ficava fazendo o resumo da semana em casa, eu mesma gravava de casa, com meu próprio celular, com o meu microfone que eu comprei, entendeu, aquela coisa, meu tripé que eu comprei, em casa para não deixar de fazer o produto.

**JS:** Deixa eu entender a hierarquia. Você está submetida a quem?

**ENTREVISTADO 3:** Agora eu estou submetida ao diretor de comunicação e mídias, que é um servidor, acima desse servidor tem dois deputados que são os secretários deputados, esse diretor é um diretor executivo de comunicação, aí tem dois secretários, um de comunicação e outro de mídias digitais, e acima desses deputados o presidente da Câmara.

**JS:** Em relação a sua chefia, você já sentiu pressão alguma vez no seu trabalho? Por exemplo, de querer colocar uma tarja no ar e ser barrado?

**ENTREVISTADO 3:** Não, o que acontece assim, é muito delicado você fazer essas explicações. Você tirar da linguagem técnica e passar para a linguagem coloquial nem sempre você tem a precisão que a palavra técnica tem. E isso é uma coisa que não se enfrenta só na política, é em todas as áreas. aí quando você tira uma palavra técnica e passa ela pro coloquial muitas vezes você tira a precisão da palavra. e aí você tem que sensibilizar as pessoas “olha, eu preciso falar desse jeito pras pessoas conseguirem entender, se não elas não vão entender” e aí explicando dá tudo certo. já aconteceu de Algumas vezes falarem assim “ah, essa tarja eu acho que não tá bem, não tá pegando bem”, já, mas pouquíssimas vezes, assim, tipo eu nem sei te dizer quantas, não chegam nem a cinco, por exemplo.

**JS:** E essas reclamações vinham de onde? dos deputados?

**ENTREVISTADO 3:** É, geralmente dos deputados, mas não necessariamente dos deputados, a maior parte de reclamação que eles acreditam que falta imprecisão ou que tá puxando pra algum lado ou pra outro não são os deputados, são as assessorias, entendeu. Então as assessorias olham e falam “ah, isso aqui não é bem isso aqui não”. Aí perguntam pra gente e falam “isso aqui não tá bem correto”. Aí a gente vai lá, analisa, se a gente concordar a gente muda, se não concordar a gente mantém. Então assim, pressão pra “ah, escreva isso desse jeito”, não.

**JS:** E você já chegou a fazer muitas mudanças de tarjas? disse que não chegaram nem a cinco, mas como foram essas?

**ENTREVISTADO 3:** Só as que a gente concordou que realmente não estavam boas. Já teve mudança, mas assim teve algumas que a gente realmente “não, olha, eles tem razão, porque essa palavra aqui não tá realmente a mais correta”.

É porque assim, é muito complicado, por exemplo, a tarja branca que é aquela que fica como se fosse o título da transmissão ao vivo, ela é um título, então às vezes você pega um assunto super complexo e você tem que resumir aquele assunto super complexo em um título. Então assim, realmente, ninguém é infalível, né. Às vezes não fica tão preciso, tão correto e as pessoas têm razão de falar “olha eu acho que não é poraqui”, entendeu. E aí a gente analisa, a gente sempre olha com muito carinho.

**JS:** Mas você sente que tem uma liberdade de criação de conteúdo aqui tranquila? Sem pressão política?

**ENTREVISTADO 3:** Sim.

**JS:** Você considera a Tv Câmara uma TV pública? ou legislativa mesmo?

**ENTREVISTADO 3:** Eu considero uma televisão institucional. É uma televisão estatal. A gente gostaria de ser público, a gente trabalhou muito pra ser público, mas a gente não é público.

**JS:** O que impede isso?

**ENTREVISTADO 3:** Na verdade é porque pra você ser de fato uma Tv pública você tem que ter o orçamento independente. E isso a gente não tem. A gente é uma TV completamente vinculada ao poder legislativo e ao presidente da casa legislativa, né. Então no organograma e em tudo que rege a tv câmara, a existência da tv câmara é pra dar transparência aos atos do poder legislativo, então não existe nenhum tipo de autonomia conferida à tv, entendeu? então sem autonomia não existe você falar em tv pública. Porque no caso da bbc por exemplo, a bbc ela é pública, “ah mas ela tem dinheiro estatal, ela tem dinheiro do governo”, ok, tem dinheiro do governo, mas ela tem autonomia. Né, você tem autonomia pra decidir os produtos que vai pro ar, quando vão pro ar, qual a linha qual o enfoque que você vai dar... aqui você não tem essa liberdade, você não vai ter essa liberdade.

Então por exemplo, você tava me perguntando se eu tenho liberdade pra escrever tudo: tem uma coisa, por exemplo, que a gente foi podado, que é nessa transmissão que a gente coloca uma tarja interativa lateral. Que a gente gostaria de fazer as explicações da forma como eu fazia as explicações orais, que é explicando na prática, papapápapapá. O comando da casa chegou ao consenso de que era melhor não, era melhor a gente fixar na explicação de procedimento, não de conteúdo. Então entenda: é diferente eu falar pra você “olha, isso na prática vai fazer com que reduza a verba pra isso e aumente a verba praquilo” - isso é uma explicação de conteúdo. O que a gente pode fazer hoje: “olha o partido tal tá pedindo pra retirar artigo tal”. Explica, já é muito mais, a gente deu um salto, porque antes nem isso a gente podia explicar, antes nem isso era feito, na verdade. Antes a pessoa que ligava a tv câmara ficava pensando assim “meu deus onde é que eles



tão, o que eles tão discutindo”. Não, hoje eles sabem, já foi aprovado o texto principal, eles tão votando as mudanças no texto, partido tal quer tirar o texto tal, se você quer ler o texto completo é só apontar a câmera do seu celular pro QR code. Então assim, a gente já deu um salto enorme. Eu acho que a ponderação que a chefia fez foi até, de certa forma, correta. Porque eles pensaram “pense no salto que vocês estão dando, não no que vocês estão frustrados”. Então assim, a gente queria fazer a explicação completa? Queríamos, mas a gente não tinha nada antes. A gente agora começou com uma parte, agora que eles se convencerem que essa parte é legal, a gente pode dar um segundo passo sem ter que retroceder tudo, sem tirar tudo do ar, por exemplo. Porque aqui na realidade é isso. Se alguém não for com a cara de um programa, por exemplo, pode falar “manda tirar do ar” e não tem nada que resguarde a gente pra falar assim “não, não tira do ar”. Quem tem que assegurar que não tire do ar somos nós, os servidores públicos que tão falando aqui “não, pelo amor de deus, não tira, isso é importante por causa disso, disso, daquilo”, entendeu. Mas a vontade política do presidente na casa, ele pode, ele tem poder pra fazer isso. A gente que tem que trabalhar pra ficar convencendo de que não, o conteúdo é importante, aquilo lá é importante, isso aqui é importante... é um baita trabalho e assim, parece relativamente simples, parece, mas as vezes tem dia que eu passo o dia inteiro em reunião, cara. Entendeu, tentando convencer o que é óbvio, que pra gente parece ser óbvio, mas num é óbvio pra eles. E a gente tem que ter uma sensibilidade de pensar também com a cabeça política. Na cabeça política eles têm uma visão de tipo “olha, isso aí é feito pra me divulgar”. E não é isso, isso aí é feito pra divulgar a câmara. não o deputado, entende. Então isso até a gente chegar nessa sensibilização, muitas vezes leva tempo. E a culpa não é dessa pessoa individualmente, é culpa da cultura política que a gente tem. Que usam as instituições pra fins muitas vezes pessoais e pra promoção pessoal. Mas isso é uma cultura, não uma pessoa em específico que eu tô falando.

**JS:** E qual você acha que seria o papel do jornalista público nesse contexto, além de trabalhar essa sensibilização?

**ENTREVISTADO 3:** Então, a gente aqui no caso da câmara dos deputados, a gente tem essa dupla, né. Pro lado dos deputados é esse convencimento da importância de você fazer um jornalismo correto, informativo, sem ser tendencioso nem pra um lado nem pro outro, porque a gente tá numa casa com 23 partidos,

então assim a gente não pode puxar pra um lado nem pro outro, a gente tem que ter essa pluralidade dos partidos espelhada no nosso trabalho. Tanto que por exemplo a gente faz entrevistas ao vivo no final da sessão e a gente coloca parlamentares variados né. A gente faz um levantamento mensal pra ver quais foram os partidos que entraram, pra ver quais foram os deputados que entraram pra ver se a gente tá espelhando, se a gente tá refletindo a pluralidade partidária que existe na câmara. A gente precisa respeitar isso porque isso foi o povo que fez. Então se hoje o PT e o União Brasil tem as duas maiores bancadas da câmara dos deputados, não é à toa. É porque as pessoas votaram nessas pessoas e a gente tem que respeitar isso e a gente tem que refletir nas nossas entrevistas, nos nossos conteúdos também essa vontade. Então olha, “o PT e o União Brasil tem uma proporção de 10% dos parlamentares” - então nas nossas entrevistas a gente tenta manter essa proporcionalidade, 10% dos parlamentares são do pt, 10% do União Brasil, 3% de não sei que, a gente tenta manter isso da forma mais equânime possível pra gente poder refletir o que é de verdade a câmara dos deputados. E essa é a parte difícil. Porque muitas vezes eles não querem falar ou não tá interessado... aí a gente tem que fazer aquela coisa toda que sabe que tem no jornalismo, mas a gente tenta.

Então, esse é um lado. Que o lado institucional, que você tem que convencer a instituição de que o que você tá fazendo é muito importante. E do outro lado, o papel do jornalista público aqui é extremamente importante, porque muitas das coisas que acontecem aqui não é dado por nenhum veículo de comunicação. Nenhum. Porque os grandes veículos de comunicação estão focados nos grandes temas, nos grandes escândalos. E aqui passa muita mudança, muita coisa que não passa pela lente deles. E a gente dá, a gente dá tudo em transmissão ao vivo, tudo, absolutamente tudo. Então a gente precisa filtrar disso daí o que também é relevante e transformar isso numa linguagem que as pessoas consigam entender. “Olha, presta atenção, isso aqui é interessante. Vocês não tão vendo isso na mídia, mas isso aqui é interessante, isso aqui é importante. Tá mudando o padrão da tomada”, entendeu, que ninguém deu, só deu quando mudou a tomada e depois vieram reclamar que tava mudando o padrão da tomada, que foi discutido 10 anos antes. Então assim, é esse tipo de sensibilização que a gente precisa fazer junto ao público e que a gente tenta reforçar nessas entradas, principalmente agora nessas entradas ao vivo. Que é o que eu falo pro pessoal assim assim “gente, a gente tem

que falar simples e tem que alertar as pessoas, 'olha presta atenção, porque o que é feito aqui tem a ver com a sua vida'. Tudo que é feito aqui tem a ver com a sua vida, você pode achar que não tem, tem." Ah, é dinheiro, não sei que, não, esse dinheiro aí poderia estar indo pra outro lugar. Um dinheiro de partido político "ah, não tem nada a ver comigo", tem. Tem, porque esse dinheiro poderia tá indo pra isso, pra aquilo, pra aquilo outro... Ou então é por meio de partido político que as eleições acontecem e com as eleições você coloca aqui o seu representante, tudo é uma cadeia e se a gente não... a gente tá num país, Jak, que a educação política é muito pobre. a gente tem uma falta de letramento político que é gravíssimo, gravíssimo mesmo. Se a gente já tem cerca de 30 % da população de analfabetos funcionais, se a gente for fazer uma conta de analfabetismo político e letramento político, não dá nem pra saber né, porque hoje se a gente vê pessoas que são super estudadas e que não sabem conceitos básicos de Estado, de democracia, de partidos políticos... elas não sabem o conceito das coisas. Então a gente tá falando com esse público. A gente precisa mostrar pras pessoas por quê que a discussão de partido político é importante. "Ah, estora tudo, acaba com tudo", são os comentários que a gente vê no YouTube. Aí cê tem que falar pra essa pessoa assim "olha, não, porque que não é não, porque isso aqui é importante, isso aqui é importante por causa disso, disso, disso, daquilo". Então é um trabalho formiguinha que a gente faz, que infelizmente não tem a abrangência que a gente gostaria que tivesse, mas que a gente tem que continuar firme e forte, a gente tem que continuar acreditando, que o meu lema aqui é o seguinte: se eu conseguir fazer com que uma pessoa por dia entenda o que a gente tá fazendo aqui, cara... nós estamos dando nosso dia como vencido. E a gente consegue fazer mais que isso, eu tenho certeza que é mais que uma pessoa, entendeu. Então assim, nessa explicação não deixa de ser uma espécie de educação política também. Porque você está ensinando e as pessoas tem que entender que aquilo é importante também, que não é só um bando de cara falando blablablá lá. Que as vezes parece que é só isso, né. Mas tem o motivo do blablablá.

**JS:** Você tocou nessa questão da imparcialidade. Você acha que ela é importante em todos os momentos, como por exemplo, na época da pandemia? Por exemplo, perder tempo em discussões com remédios ineficazes ao invés da vacina, que era o

que a população precisava, para parecer mais neutro. Qual seu ponto de vista sobre isso?

**ENTREVISTADO 3:** A minha posição pessoal é a seguinte: isso daí na verdade eu já sou crítica há muitos anos, inclusive aqui na câmara dos deputados, na cobertura da câmara dos deputados. Quando você se propõe a ser imparcial, você muitas vezes tá dando um peso que não é real. Você tá igualando duas coisas, dando um peso de igualdade pra duas coisas, simulando esse peso ser igual. E esse peso não é igual. Eu vou te dar um exemplo de uma coisa que é muito comum acontecer aqui. Aí depois eu vou pra pandemia.

Muitas vezes aqui na câmara dos deputados a gente tem audiências públicas, tem comissões especiais que discutem um projeto que é super importante, então tem uma comissão especial só pra aquele projeto. Mudanças no código penal. Aí eles vão lá e fazem uma série de audiências públicas. E muitas vezes essas audiências públicas são segmentadas por temas. E temas assim, tipo, pessoas favoráveis. Pessoas contra. Pessoas isso. Pessoas aquilo. Aí lá vai um jornalista cobrir uma audiência pública dessa. Chega lá só tem pessoas falando a favor de certa coisa. A favor da legalização do aborto. Não tem ninguém contra, só tem gente a favor. Mas qual é o fato? Responda você, qual é o fato? O fato é: uma audiência pública trouxe especialista favoráveis a legalização do aborto. Essa é a notícia. Mas o que você faz? Vai buscar alguém que é contrário. Criando uma falsa discussão num evento que não aconteceu. Entende? Esse contraponto não aconteceu no evento. Você que foi buscar. O jornalista que foi buscar.

**JS:** E onde está o erro aí?

**ENTREVISTADO 3:** Na minha opinião o erro está em buscar o contraponto, porque simplesmente teria que deixar claro na reportagem, dizendo: “este evento foi exclusivamente para discutir com pessoas favoráveis ao aborto. Os contrários serão ouvidos semana que vem, blablabla”. É você ser claro e ser franco com a pessoa que tá te escutando. Não criar uma falsa discussão que não existiu. A imparcialidade vai existir na matéria, 30 segundo de um, 30 segundos de outro falando. E isso existiu na realidade? Não. O jornalista que criou essa dualidade, essa discussão num evento que não aconteceu. Então é complicado.

E isso aconteceu durante muito tempo com o exemplo do Jair Bolsonaro, né. Sempre que se discutia alguma coisa, qualquer coisa durante 28 anos que ele esteve aqui, qualquer coisa que se falava de ditadura, não tinha ninguém no evento falando a favor da ditadura, ninguém. Eram cem pessoas falando contra e ia se buscar o Jair Bolsonaro que era o único dos 513 que falava a favor da ditadura. Entendeu, então você dá um, pensa, 512 contra e um a favor. E você dava o mesmo peso de fala pra esse cara, que era um contra 512. Então assim, é esse tipo de coisa que eu sempre fui crítica e eu acho que assim, você tá criando uma falsa igualdade onde não existe. O justo é dizer, “olha, tiveram 120 pessoas aqui falando a favor, mas lá fora tinha um cara protestando, aquele lá fora é esse cara aqui bababa (sig), disse isso”. Aí ok. Mas não se fala isso nas reportagens, entende, as pessoas não são... se você faz questão de escutar o contraponto, você deveria pelo menos ser franco com a pessoa que tá te assistindo e dizer qual é a condição daquele contraponto. Concorda? Então assim, já que é pra dar o contraponto, beleza, não tem problema dar o contraponto. Agora, diga a condição dele. 130 falaram a favor e um contra. Aí você realmente tá dando o peso correto da coisa.

Aí vamos pra pandemia. Na pandemia aconteceu algo parecido, entendeu. Nas reportagens eu não sei, porque eu não cobri as reportagens. Mas no meu caso, que era a transmissão ao vivo, a gente tem que respeitar a fala de parlamentares. Então os parlamentares têm o direito constitucional de se manifestar da forma como eles quiserem. Então eles têm esse direito assegurado por lei, assegurado pela nossa constituição, então a gente respeita, a gente não interfere em nada disso. Por exemplo, os favoráveis à cloroquina e os contrários à cloroquina. Disso daí a gente não pode interferir nisso. Mas a gente fez campanha de proteção, pra uso de máscara, pra evitar contaminação, pra passar álcool, vacinação, a gente fez tudo isso, então onde a gente consegue atuar como jornalismo de serviço a gente atua. Mas onde não dá... e assim, nas discussões que existiam e até existem até hoje, se existe essa dicotomia de falar contra ou favor, contra ou a favor, a gente é obrigado a colocar, porque eles falando a gente tem que colocar.

**JS:** Mas você acha que em uma crise sanitária, por exemplo, esses conceitos também valem? Porque o jornalismo deveria estar atrelado a ciência, se falamos de comunicação pública, já que nesse cenário pandêmico entra o risco da população. Por exemplo, quando estavam discutindo as questões dos remédios ineficazes, lá

pela quinquagésima vez, quando o foco precisava ser as vacinas, algumas emissoras cortaram a transmissão. Mas a Tv Senado e a Tv Câmara continuaram a transmissão - o que é o trabalho. Qual a diferença nessa situação?

**ENTREVISTADO 3:** Então, mas essa aí é a grande diferença das emissoras legislativas. Porque por exemplo, a razão de ser da tv câmara é mostrar o trabalho legislativo. É dar transparência, mostrar ao vivo essas ações e os trabalhos legislativos. Então independentemente se o cara fala a, b, c ou d. Tem que passar. Então eu, cidadã comum não tenho como, não tenho nem gerência, nem tem que ter mesmo, nem tem que ter na minha opinião, sabe. Porque essas pessoas que estão ali, mesmo as que falam a favor da cloroquina, contra a vacina, elas foram eleitas. Tem uma parcela da população que colocou o voto delas nessas pessoas e colocou elas aqui pra representar elas aqui, entendeu. Então não é um cidadão ou 10 cidadãos que vão poder caçar a palavra dessa pessoa. Eles realmente tem direito de falar. Inclusive a gente tá com um problema super grave por causa dessa questão da covid, porque o que acontece: tudo que a gente faz ao vivo na tv câmara, a gente também transmite no YouTube. Inclusive é muito mais amplo, a gente transmite todas as comissões ao vivo em tempo real. Todas, tudo que tá acontecendo aqui em tempo real a gente transmite no YouTube. E quando chega numa comissão dessa que discute por exemplo eficácia de remédio e tem as pessoas que são negacionistas da ciência, o YouTube quer barrar. O YouTube corta a transmissão, simplesmente derruba a transmissão. Ele não compreende que nós somos um canal legislativo. E que eu não tenho como caçar a palavra daquela pessoa, mas o YouTube caça. Pros parlamentares a gente consegue explicar isso, o meu medo na verdade é que eu tenha o meu canal caçado por causa das inverdades que o parlamentar fala. Porque isso pode afetar nosso canal, o YouTube pode virar pra gente um dia e falar assim “cara eu não vou mais deixar vocês transmitirem nada, cês ficam deixando gente falar mentira aí”.

**JS:** Teria alguma solução pra isso?

**ENTREVISTADO 3:** Qual é a solução: eu vejo que o YouTube tinha que reconhecer a natureza do canal legislativo. Porque o canal legislativo tem uma pluralidade ali dentro que eu não posso caçar a palavra das pessoas. Eles tem

direito de falar, eles tão aqui representados. Eles estão legitimamente representados pela constituição e pela população que elegeu eles.

**JS:** Mesmo que esse direito deles afete a população de forma negativa?

**ENTREVISTADO 3:** Mesmo assim. Porque teve gente que votou neles. Eles estão legitimados, entende. Então assim, por mais que sejam absurdas algumas colocações e que a gente realmente não concorde, a gente não tem o que fazer. Eles estão legitimados pelo voto. E a palavra dessas pessoas a gente não pode caçar. Essa é a natureza da emissora legislativa, que é o contrário de uma pública normal, que eu poderia simplesmente “ah, não quero transmitir isso, vou começar a transmitir aquilo, ih, isso aqui ele tá começando a falar inverdade, deixa eu tirar aqui”... Eu não posso cortar o discurso do cara. Por força de lei, por força de constituição, por tudo, entendeu, eu não posso. E aí a gente fica nessa.

**JS:** E ao invés de cortar, através de uma tarja informar que aquilo é uma fake news, por exemplo. Como funciona combater fake news em um parlamento?

**ENTREVISTADO 3:** Aí você tá chegando num ponto muito complicado. Porque uma coisa é a gente combater a fake news por meio de ações que não estejam diretamente relacionadas ao discurso parlamentar. Então por exemplo, na hora que a gente tá numa sessão plenária, o deputado está na frente do púlpito, ele tá na tribuna, falando e ele, com o discurso dele, está falando uma informação falsa, eu, que não sou legitimada pelo voto, eu não tenho direito de ir lá em cima dele e falar “olha, isso aqui é mentira”. Eu tenho vontade. Mas eu não posso. Entendeu? Eu não posso porque ele está legitimado pelo voto. E eu não tô.

Então assim, a gente sabe que os fatos têm milhares de pontos de vista. E eles tem argumento pra tudo. Se você for apresentar a versão “ah, essa versão tem procedência”, mas não, tem um outro artigo de um filho da mãe aí que fez dizendo que a cloroquina presta e que não sei o que... tem um artigo em cinco milhões, eles usam esse um artigo. E vão dizer que a gente é que tá mentindo, não eles. A gente faz o possível, é o que eu te falei, qual o combate que a gente faz: dentro das ferramentas que a gente tem, da produção de conteúdo que a gente faz, a gente dá a informação correta. Agora eu não tenho o direito de rebater o discurso de um parlamentar. Um outro parlamentar pode. Eu não.

Então dentro da própria discussão de plenário muitas vezes isso acontece, alguém vai lá e fala e o outro “meu deus, mas isso é uma mentira, blablablá”. Mas uma cidadã comum não pode rebater um discurso de um parlamentar, é até injusto. De novo aquela questão da proporção. Como é que uma pessoa que é uma cidadã comum vai querer que o seu discurso esteja igualado a uma pessoa que recebeu cem mil votos, duzentos mil votos. Esse cara tá legitimado por 200 mil pessoas, ele está falando por duzentas mil pessoas aqui dentro. Por mais que as pessoas se esqueçam em quem votaram na eleição passada, eu lembro. Eu lembro que foram vocês que colocaram essas coisa aqui dentro. E a gente é obrigado a lidar quatro anos com eles (risos). Entendeu? E eu sou obrigada a respeitar. Porque essa é a natureza da democracia, a gente tem que respeitar o diferente também e tem que assim “olha, vamo tentar combater a notícia falsa”, vamo. Aí por exemplo, no resumo que a gente faz das votações, a gente não replica. A gente não replica as informações falsas. Sempre que a gente pode a gente dá a informação já correta. Então finge que não existe, deixa a pessoa falando durante o discurso dele lá e na hora que a gente produz nosso próprio conteúdo, a gente tenta fazer da forma mais correta possível. Pra tentar fazer da forma de serviço, a informação correta, orientando a população... A gente tem um serviço de checagem da câmara dos deputados e de vários consórcios públicos que fazem aí a checagem de informação, a gente divulga esses serviços... Mas é isso, a gente faz o possível.

**JS:** Algo que queira acrescentar que não perguntei?

**ENTREVISTADO 3:** (...) O grande problema que tá acontecendo é que, como eu te falei, eles vão lá e usam a tribuna, o poder da fala parlamentar pra falar uma inverdade, uma mentira. Porque agora a gente tem vários sinônimos pra mentira, né. Informação incompleta, Fake News... mentira, ponto. Aí eles usam a tribuna pra falar uma mentira, que é de acordo com aquilo que é mais conveniente pra pessoa, certo? E eles fazem a própria live deles. Eles editam. Do plenário inteiro, eles tiram aquele trecho do discurso do plenário. Então vamos supor, esse parlamentar que falou uma mentira, falou durante dois minutos na tribuna. E falou blablabla. Depois ele pega aqueles dois minutos daquele vídeo de cinco horas do plenário, separa esses dois minutos e divulga só esses dois minutos, sozinho na rede dele, no twitter, no facebook, no instagram e etc e tal e whatsapp. As pessoas não estão vendo o contraponto que veio depois. Elas não veem. E tem, geralmente tem, como



eu te falei, vem um parlamentar e contradiz isso aqui. Ele fala “Nossa, mas isso que você acabou de falar é uma bobagem. É isso, isso e aquilo”, e vai lá e contradiz. Só que esse cara que falou a mentira não usa isso, obviamente, porque não interessa pra base de votantes dele, né. Não interessa pra rede dele, ele pega só o dele, não pega o contraponto. E aí ele divulga aquilo ali e o fato de o cara estar na tribuna da câmara dos deputados, falando aquilo, dá um peso pra fala do cara como se fosse verdade. Muitas pessoas enxergam como se fosse verdade, “não, é uma autoridade falando, na tribuna da câmara dos deputados, é claro que é verdade”. E não, não é. É um absurdo. Só que aí o que a gente vai fazer? Ele tá imbuido do poder do voto. Ele tem legitimidade pra estar aqui e ele pode fazer isso. Ele não é obrigado a parte que deu o contraponto. E aí ele divulga e vai e se espalha. E como é que a gente faz pra lidar com isso? Não sei, porque é uma atividade parlamentar, ele tem direito de falar isso, entendeu. E a divulgação também é uma atividade parlamentar, eles tem direito de divulgar também, como é que a gente faz? A gente pode fazer um programa mostrando os dois lados e tal, que é o que a gente geralmente faz. Mas a gente não consegue agir pontualmente naquilo ali. E isso tá acontecendo, ó, aos montes. Esse exemplo que eu tô te falando é de antes da Covid. (...) Foi um episódio de dados falsos do sistema penitenciário. E aí um parlamentar subiu na tribuna e deu um monte de dado errado, um monte de dado falso... e aí foi isso. Aí chegou outro dizendo “cara eu tô aqui com o extrato dos dados do ministério da justiça e esses dados estão todos falsos”. E aí o que que adianta? (...)

**JS:** É por isso que eles reclamam se tiver algum contraponto nas tarjas?

**ENTREVISTADO 3:** Eles têm acesso ao material bruto, não faz tanta diferença para o corte. Eles reclamam mais do alcance mesmo. Tem assuntos que assim, por exemplo, a gente chegou no nosso record com o piso dos enfermeiros, a gente teve 700 mil visualizações da sessão. É muita coisa, quase um milhão de pessoas assistindo uma sessão, isso só no YouTube. Eu não tô falando de Tv, de parabólica, de assinatura, nada disso. Agora imagina, com Tv aberta, com parabólica, com Tv de assinatura, qual foi o alcance de uma sessão dessa. Por isso que eles ficam de olho, porque realmente aquilo ali pode informar.

Muitas vezes a gente fica indignado, cara, eu sou super solidária com a indignação. Eu às vezes eu fico ali e eu falo assim: gente eu vou ter que tomar um

dramin pra poder trabalhar, pelo amor de Deus, porque a gente escuta umas barbaridades que você fica assim, pelo amor de Deus. Mas cê sabe quem tem que escutar isso? Quem votou nessa pessoa, gente. Não é possível que quem votou nessa pessoa não tá ouvindo o que essa pessoa tá falando! (...) o cara chegou aqui de alguma forma e ele vem com peso, entendeu, ele vem com um peso que ele tem direito de falar. E a gente precisa respeitar, porque é isso que tá escrito na nossa constituição.

**ENTREVISTADO 4. Entrevista concedida a Jak Spies (JS), de modo virtual, em 11 de agosto de 2022. Jornalista 4 - Tv Senado.**

**JS:** Me fala um pouco da sua trajetória, do porquê ter escolhido jornalismo...

**ENTREVISTADO 4:** Então, eu quis ser muita coisa, de profissão, mas quando eu decidi que eu queria ser jornalista, isso foi uma coisa que não mudou mais, eu nunca mais tive dúvida. Nem quando tava cursando, nem durante o desenvolvimento profissional, na carreira, não tive dúvida. Quando eu escolhi, inicialmente, que eu tinha 14 anos, eu achava que era a profissão ideal pra quem é curiosa e gostava de escrever. Mas podia ser várias outras coisas, né, naquela época só me ocorreu isso, que eu devia ser jornalista. Mas conforme eu fui me inteirando mais né, porque eu decidi ser jornalista e comecei a consumir muito mais jornalismo mesmo, em todos os formatos. Meu pai já era uma pessoa muito informada, até porque ele trabalhou como taxista, agora ele é Uber, então ele passa o dia todo ouvindo rádio, ele chega em casa e vê TV, compra o jornal impresso ainda... Foi uma influência. Acho que daí quando eu estava adulta mesmo e fui entrar efetivamente no curso, o que eu pensava era que eu queria fazer comunicação pra poder ficar perto das pessoas, pra conhecer a realidade delas e poder prestar um tipo de serviço. Eu vejo muito jornalismo como essa ponte tendo essa função de integrar os diferentes grupos sociais e tudo né, porque a gente é limitado, não tem como tá sempre inteirado de tudo, então eu vejo o jornalista muito nessa função de conhecer realidades que não são do conhecimento de todo mundo

e, lógico, sempre tendo como parâmetro o compromisso com a verdade, com a ética, com a cidadania. (...)

Me formei na (...) e comecei a trabalhar como editora de texto em uma emissora de tv, saí pra fazer mestrado e voltei pra trabalhar em tv. Essas duas experiências que tive, tanto no início da carreira e depois trabalhando no setor de vivo de uma emissora, foram experiências em emissora pública, emissora de alguma forma comprometida com o sistema público e com a democracia, pelo menos formalmente.

**JS:** Como chegou até o cargo atual? E se quiser me contar da sua rotina produtiva também, horários e funções...

**ENTREVISTADO 4:** (...) Sempre tive uma boa relação com as pessoas que eram minhas chefes, quando surgiu uma oportunidade, começaram a me acionar para um tipo de serviço que eu não conhecia, mas deveria ser desenvolvido por jornalistas, que é onde eu estou hoje, onde somos responsáveis por manter a emissora no ar. A gente não faz isso sozinho, tem os profissionais que cuidam das questões mais técnicas, mas minha rotina tem mais a ver com a informação, a informação que vai ao ar, dentro dessa missão de colocar a tv no ar, o que eu e as pessoas que fazem parte dessa equipe fazemos é cuidar das informações que vai ao ar. Então toda vez que um evento vai ser transmitido existe toda uma preparação, o pessoal que cuida de áudio, de câmera faz a parte deles e a gente que é jornalista faz a nossa, de alguma forma traduzindo né o politiquês e o juridiquês dos projetos de lei, dos comunicados e tal pra uma linguagem mais acessível pra pessoas que vão assistir. E essas informações vão sendo disponibilizadas de acordo com o andamento das transmissões. Então se está tendo alguma reunião legislativa e tão votando algum projeto, ou se estão, sei lá, fazendo alguma sessão especial que tem a ver com um tema político, a minha função e a função dos meus colegas de trabalho é inserir as informações que ajudem quem tá assistindo a entender o que tá acontecendo ali, pra não ficar só as imagens soltas, a transmissão de uma reunião dentro de uma casa legislativa, a gente coloca ó “essa é a reunião da comissão tal” ou “essa é a reunião número x do plenário, tão votando tal projeto que muda tal coisa na legislação de meio ambiente”, por exemplo.

Minha rotina é basicamente ajudar nessa produção, então sempre dar uma olhada no que tá programado pra acontecer e preparar esses textos, sempre tem, como se diz, uma divisão interna, porque são muitas reuniões que acontecem numa casa legislativa, então cada um vai ficando responsável por acompanhar determinados colegiados e, enfim, o que me cabe eu faço. E na hora que as transmissões vão acontecer a gente coloca essas informações que foram preparadas antes no ar. Então é basicamente isso, minha rotina depende da rotina da casa legislativa.

**JS:** Sobre essa produção de conteúdo, quais foram as principais mudanças que tiveram durante a pandemia? Você atuou na cobertura da CPI da Covid?

**ENTREVISTADO 4:** Sim, basicamente todas as pessoas que fazem parte desse setor da tv se envolveram, até porque, se não me engano, acho que só teve uma comissão que funcionou junto com a CPI da pandemia, que acho que era a comissão de acompanhamento das ações da pandemia. E as reuniões eram muito longas, não tinha como uma pessoa só ficar envolvida, então eu e todos os outros colegas e as pessoas que estavam em chefia atuou nesse período que a CPI da pandemia ficou funcionando. E mudanças que eu percebi: primeiro eu acho que é importante colocar que, por mais que eu trabalhe numa emissora legislativa, eu acho que a nossa função, nossas atividades são muito vigiadas e tem como parâmetro os próprios parlamentares ou parlamentares que têm uma influência política maior ou que tá ligado ao político que tá em maior evidência. Então isso é uma distorção que acontece já há muito tempo, aliás eu não sei se em algum momento as emissoras legislativas no Brasil puderam operar de acordo com o objetivo pro qual elas foram criadas.

E durante a CPI da pandemia a gente teve mudanças. Como eu falei, a gente cuidava da preparação das informações que iriam ao ar, mas essas informações não são rígidas. A gente poderia ter mudanças naquelas informações que estavam sendo colocadas no ar ao longo da reunião. Porque podia, sei lá, ter a nota de alguma entidade repercutia ou que estava acontecendo da CPI, então a gente colocava, pra pessoa que tava assistindo não ficar assim “ah meu deus, mas que nota foi essa, da sociedade brasileira do não sei o que”... aí a gente tenta colocar nas legendas, nos créditos um pouco do que vai acontecendo em tempo real. E isso

acontecia não por iniciativa própria, mas porque nós, a equipe como um todo, era orientada a ficar atenta a isso mesmo. E inclusive, pelo que eu entendo, pelo menos, era por isso que a nossa equipe é formada por jornalistas, pra que a gente cuidasse não apenas de manter as transmissões no ar, mas também cuidar pra que as informações que tavam sendo colocadas no ar tivessem o compromisso com a verdade, né e tudo mais.

Durante a pandemia, especialmente depois do depoimento do Osmar Terra, houve uma mudança. Basicamente, quando a gente produzia algum conteúdo pra colocar no ar, aquilo era conferido por nós, que estávamos na direção e aquilo entrava no ar. Porque enfim, a gente era escalado pra dirigir o conteúdo, nós achávamos que uma informação era pertinente de ser colocada e a gente incluía - inclusive, como eu falei, por uma normativa que existia, que vale não só pra CPI, mas pras reuniões de plenário, pras sessões solenes, pra tudo. Toda vez que tivesse necessidade de acrescentar uma informação que era uma novidade, a gente era instruído a colocar. Mas depois que o Osmar Terra foi depor na CPI, aconteceu que um senador, que foi o Marcos Rogério, mentiu na CPI, ele tirou uma frase de contexto do Dráuzio Varella e estava promovendo desinformação, mais uma vez, ele é reconhecidamente uma das pessoas que faz isso há muito tempo, não só em relação a pandemia mas a muitos outros temas, e isso causou uma polêmica interna na emissora. A gente teve uma profissional que foi advertida por isso, que foi penalizada por isso, aí foi criada a rotina de sempre que sempre que a gente fosse colocar uma informação no ar durante a transmissão, isso deveria ser submetido pra direção de conteúdo da TV, da emissora. Só que, como eu falei, a gente trabalha em um segmento ao vivo, um segmento que coloca a tv no ar. E isso inviabiliza o trabalho, porque a gente sabe, as coisas são muito dinâmicas e você não tem muito tempo, é até contraproducente você criar tantas etapas, né, de confirmação de uma informação - que na verdade não era confirmação de informação, que na verdade era um critério ao meu ver de censura prévia, pra ver se nenhum senador ou senadora ficaria melindrado com a informação que ia ser colocado no ar pra depois decidir se isso podia ir ao vivo ou não.

Enfim, isso foi uma mudança que aconteceu e eu percebi que o impacto disso foi que o setor ficou mais inibido de fazer um acompanhamento em tempo real, porque a gente tinha receio. Então mesmo quando havia uma demanda “ah, vocês

precisam atualizar mais o que tá acontecendo ao vivo”, a gente tinha receio. E mesmo que a gente quisesse, até que todo mundo conferisse a informação do crédito, da legenda que ia ao ar, o assunto já tinha mudado. Então na verdade foi um processo que eu vejo assim, que foi burocratizado a tal ponto que inviabilizou o acompanhamento em tempo real, tanto da gente e pro telespectador menos ainda, porque a gente que tá por dentro da informação ainda conseguia entender o que tava acontecendo, mas as pessoas, a sociedade civil nem sempre estaria informada e daí, com isso, com certeza a gente perdeu em qualidade.

**JS:** Em relação aos seus superiores, a quem você está submetida? Não precisa citar nomes, pode ser a função ou o cargo.

**ENTREVISTADO 4:** Então, eu tenho uma chefia imediata que é composta por duas pessoas, eu sou uma funcionária terceirizada, então eu não estou vinculada diretamente ao senado, mas a uma empresa que presta serviço pro senado e a minha chefia imediata é composta por pessoas que são servidoras públicas. Além disso tem uma coordenação geral da emissora, que acompanha não só o meu setor, mas tudo, seria, digamos assim, a chefia maior, que acompanha todos os processos internos, que também é ocupada por pessoas que são servidoras públicas. E tem a chefia ainda maior, que é a de comunicação, que aí acompanha não só a televisão, mas todos os setores de comunicação interna e externa, da casa legislativa.

**JS:** E você alguma vez já sentiu uma pressão ou cerceamento do seu trabalho, censura ou você mesma já fez alguma autocensura com receio do que poderia vir de cima nesse período? Dos seus superiores pra você?

**ENTREVISTADO 4:** Então, eu senti, mesmo que a chefia que instituiu esse processo mais burocrático não tivesse falado diretamente comigo e com meus colegas, a não ser com a colega que foi penalizada. Mas pelo que aconteceu com ela, pela penalidade que ela sofreu, todo mundo de alguma forma ficou com o pé atrás. Tem colegas que realmente pararam de fazer esse acompanhamento mais ao vivo, mais em tempo real; as vezes quando eu senti necessidade de fazer alguma alteração nesses créditos, nessas tarjas, eu perguntava pras minhas superiores se essas alterações podiam ser feitas - e aí nesse meio tempo ou o assunto mudava, como eu falei, ou vinha uma negativa por parte delas e as vezes até vinha assim “ah, eu sei que essa informação que você quer colocar é correta, mas vamos evitar

risco”. Então eu acho que foi sentido, esse cerceamento, não só por mim, mas inclusive pelas minhas chefes. Então eu acho que a gente foi podado, né, e foi podado todo mundo: servidores terceirizados, servidores públicos, que já são pessoas que são servidores efetivos, então já passaram o período de estágio provatório... e mesmo assim todo mundo sentiu esse cerceamento. Independentemente do vínculo, todo mundo ficou podado.

**JS:** A gente sabe que é uma casa legislativa, mas você sente que essa pressão política influencia diretamente no seu trabalho? Especificamente no período da pandemia, isso teve algum aumento?

**ENTREVISTADO 4:** Aumentou porque foi o momento em que a emissora ganhou mais visibilidade, no período recente, talvez o único paralelo tenha sido o período do impeachment, né, em 2016. Porque nem sempre as emissoras legislativas tem tanta audiência quanto as outras. Então nessa época a gente teve record de acessos pelo YouTube, as reuniões eram transmitidas pela internet por outros portais, portais da imprensa comercial, vamos dizer assim, da imprensa (...) da grande imprensa e tal; era transmitida por outras emissoras... então aumentou a pressão política porque qualquer “deslize”, bem entre aspas, porque não acredito que tenha acontecido, qualquer deslize estaria sendo visto não só pelo público interno e pelos nossos superiores, mas por todo mundo. Então eu senti que essa pressão aumentou sim e senti inclusive uma mudança interna porque durante o período da CPI a gente tinha muita informação circulando. Você pode imaginar, né, um setor da emissora que coloca a tv no ar, todo mundo tá sempre se comunicando. Então os nossos canais de comunicação são sempre muito dinâmicos. Algum tempo antes de ter acontecido esse episódio que eu falei, né, de a gente ter tido uma colega que foi penalizada por ter exercido seu trabalho, a gente criou um outro grupo de discussão que, digamos assim, estava fora de onde estavam todas as chefias, nesse outro grupo tem as nossa chefia imediata, que é composta por servidoras, mas de alguma forma eu acho que tem uma intimidade maior, né, entre a gente, e pelo menos em relação às outras pessoas; e esse grupo foi usado naquela época e é usado até hoje pra gente dizer coisas que a gente não diria nos outros grupos. Então eu sinto que tem até uma vigilância interna, sabe. No meu caso talvez seja até um pouco maior, porque eu fiquei muito mais reservada - tanto no grupo que tá todas as pessoas envolvidas nessa operação de colocar a tv no ar, como no grupo específico das colegas com

quem eu trabalho diretamente. Então não posso falar pelas outras pessoas, mas eu posso falar por mim que eu fiquei muito mais reservada e eu falo muito menos do que eu falava antes.

**JS:** Nisso a gente imagina o impacto no público. Daí vou passar pra um bloco de perguntas que é mais sobre esse jornalismo público. Na sua opinião, qual o papel do jornalista em uma emissora pública num período como esse, da pandemia?

**ENTREVISTADO 4:** Então, eu acho que a grande vantagem que a gente teria (a gente eu falo os grandes meios de comunicação públicos) em relação a outras emissoras e canais de comunicação, é o fato de que a gente não tem que, obrigatoriamente, dividir a nossa grade, o nosso espaço de conteúdo com outros interesses que são alheios a informação. A gente não tem obrigação de passar comercial, a gente não tem obrigação com setores específicos do mercado, nada disso. Até os nossos programas de entretenimento, vamos colocar assim, podem ter um caráter mais educativo, mais voltado pra cidadania. Então eu acho que, levando isso em consideração, e considerando também que a gente tava vivendo uma pandemia, tava não, a gente ainda tá né, uma pandemia sem precedentes na história, a nossa função era aproveitar todas as oportunidades que a gente tinha pra promover os cuidados de prevenção ao coronavírus. Promover que as pessoas se se vacinassem, né, até porque isso é histórico, a gente foi referência mundial em vacinação, isso mudou no período recente, né, no último governo. Então nem seria uma novidade, a gente já tem material verdadeiro pra dizer o quanto nós somos bons nisso, em vacinar as pessoas, nessas questões todas. Então, enfim, acho que o papel era combater a pandemia, usar todos os espaços que a gente tinha pra falar com profissionais de saúde, durante as transmissões legislativas promover as informações que vinham por parte de cientistas, por parte de médicos que estavam lidando diretamente com essas questões e os outros profissionais de saúde, né, porque não foram só médicos que atuaram nisso... eu acho que esse era o papel, até porque infelizmente, criminosamente a gente teve autoridades públicas e até autoridades médicas, aquela coisa maluca, se comportando de maneira negacionista. Então isso era mais um motivo pra gente aproveitar todos os espaços que a gente tinha pra promover que as pessoas se cuidassem. E não permitir que circulassem informações que pudessem prejudicar as pessoas.



Eu sei que cê não perguntou isso, mas talvez um desabafo que seja interessante de colocar na resposta, é que particularmente pra mim foi muito complicado. Faz um ano anteontem que eu perdi meu primo. Meu primo tinha 34 anos, ele cometeu suicídio duas semanas depois que mãe dele morreu no hospital de base, agonizando com falta de ar depois de ter contraído covid... e era muito complicado pra mim, colocar no ar parlamentares que estavam promovendo desinformação, promovendo um discurso que estava matando pessoas na minha família, e ainda ver colegas que tinham um compromisso com a informação; que tinham compromisso com a vida, não é nem com a informação, serem penalizados por fazer o básico. Então acho que era isso que eu queria comentar.

**JS:** Sinto muito por isso tudo que aconteceu, realmente pesa demais... E o que eu queria perguntar era justamente se você acha que a informação deve ser tratada do mesmo jeito em uma crise sanitária e em uma situação cotidiana; acha que precisa ser feito um jornalismo diferenciado?

**ENTREVISTADO 4:** Olha, eu acho que na verdade o jornalista que está trabalhando em uma emissora pública já tem que fazer um jornalismo diferenciado. Porque como eu falei, ele tem oportunidades que o jornalista que trabalha na imprensa tradicional, vamos colocar assim, não tem. A gente tá ali comprometido em promover a cidadania. A gente não tem que dar espaço de intervalo comercial no nosso jornal entre uma reunião de uma comissão ou outra. Agora, eu acho que a necessidade que a gente fizesse um jornalismo um pouco mais diferenciado talvez não seja nem necessariamente pela questão da pandemia em si, porque eu acho que é uma questão de saúde, a gente colocaria o jornalismo a serviço da informação de qualidade pra promover a saúde. Só que, quando a gente tava tendo um pico de mortes super elevado, o presidente da república, ministros, parlamentares promovendo o comportamento que favorecia a disseminação do vírus, que estimulava as pessoas a não se vacinarem, aí sim o jornalismo tinha que subir o tom. Então não é nem pela questão da pandemia, mas eu acho que até numa postura, assim, de agir na contra informação mesmo. E acho que isso tinha que ser feito. Por isso que eu falei: nas emissoras legislativas, nas emissoras públicas, a gente tem tempo e a gente poderia só ficar fazendo isso, o tempo inteiro. Então eu acho que nesse caso sim, levando em consideração o comportamento das autoridades públicas, a gente tinha que subir o tom. Porque não dava pra ficar

indiferente, se a gente ficasse indiferente a gente estaria sendo conivente com o negacionismo e isso não pode acontecer. Aí, se você quiser ser conivente com o negacionismo, você deixa de ser jornalista, vai fazer outra coisa.

**JS:** Nessa questão da imparcialidade no jornalismo, você acha que ao buscar essa falsa imparcialidade, isso pode amplificar as fake news? Como a gente combate isso em uma pandemia, por exemplo?

**ENTREVISTADO 4:** Eu acho que mesmo numa reportagem, numa transmissão ao vivo, enfim, qualquer forma de comunicação; mesmo quando você dá espaço para dois lados que são diferentes ou que são opostos, ou dois três, quantas perspectivas existam sobre o assunto, isso não significa que você tá fazendo um jornalismo imparcial. Você pode dar 10 perspectivas sobre um tema e ter um, digamos assim, um viés nessa sua comunicação - seja reportagem, seja transmissão ao vivo, não importa o formato. E aí eu acho que falta pros jornalistas, pros profissionais de comunicação, entenderem o seguinte: quando você dá espaço pra um posicionamento que é negacionista, pra um posicionamento que é discriminatório, pra um posicionamento que vai contra a democracia, você tá legitimando aquilo. Por que, porque eu acho que, pelo menos assim, não dá pra falar por todos os países, mas pelo menos numa sociedade como a sociedade brasileira, um dos espaços em que você é legitimado são os meios de comunicação. Então a partir do momento que você é ouvido numa reportagem, é ouvido num telejornal, que você é ouvido num programa de televisão, num programa de rádio, sua voz está sendo legitimada. Mesmo que seja pra dizer “ai que absurdo, ai que ridículo isso que a pessoa tá falando”, você tá dando legitimidade, porque você considerou que ela precisava ser ouvida. Então você considerou que um posicionamento discriminatório, que um posicionamento negacionista deveria ser ouvido. E eu acho que isso é muito errado. Pra combater um posicionamento equivocado, você não precisa mostrar ele na íntegra, você não precisa dar espaço pra um discurso absurdo, pelo contrário, você pode, por exemplo, apresentar argumentos que vão contra esse posicionamento absurdo, ao invés de chamar a pessoa que falou o absurdo pro seu programa, sabe. Então acho que falta pros jornalistas isso, eles entenderem que não é porque eles deram um espaço pra todos os lados possíveis de uma notícia, de uma reportagem que eles vão estar sendo imparciais. E eles entenderem que pessoas que falam coisas discriminatórias,

coisas negacionistas, que tem posturas anti-democracia e tudo mais; elas não devem ser ouvidas. Porque você ter liberdade de opinião, você ter liberdade de expressão não é você ter liberdade pra atentar contra a própria liberdade. Pra atentar contra a democracia. Então acho que falta talvez pros jornalistas que têm esse posicionamento equivocado entender melhor qual é o papel deles.

**JS:** Qual você acha que é o impacto de, como você falou, dar esse espaço como ocorreu na TV Senado, de ficarem várias sessões discutindo sobre remédios ineficazes enquanto precisava falar sobre a vacina? O impacto na pessoa que liga a televisão e vê, por exemplo, uma médica passando prescrição de remédios e até kit covid ao vivo, no meio de uma crise de saúde dessas?

**ENTREVISTADO 4:** Primeiro acho que tem uma coisa importante de ser dita antes de falar sobre o impacto da população, é que no caso dos debates que aconteceram, e isso não foi só no Senado, mas aconteceu na câmara, nas casas legislativas de todo país, as câmaras municipais, as assembleias legislativas, em todos os lugares; a gente teve esses debates que promoviam comportamentos anti ciência, comportamentos negacionistas que, em outras palavras, estavam estimulando as pessoas a morrerem. É isso. Ou desenvolverem complicações que elas não precisavam por estarem tomando remédio sem necessidade. E isso aconteceu inclusive com a conivência das pessoas que se colocam contra essa política de morte. Porque toda vez que um debate vai acontecer, seja numa comissão, seja num plenário de uma câmara legislativa, de uma assembleia legislativa, alguém faz um requerimento e alguém aprova. E aí a gente tem parlamentares que, muito covardemente, colocam esses requerimentos pra serem votados em votação simbólica, que é quando você não registra quem votou sim e quem votou não, né, só quem se abstém é quem levanta a mão ou algo assim; e você pode procurar todas as vezes, no Senado posso falar com mais certeza sobre isso porque fiquei acompanhando, você teve sessões que a gente tava discutindo senador que morreu, o assessor do parlamentar que tava com a família toda doente e nessas sessões a gente tinha requerimentos pra discutir com médicos negacionistas, com charlatões e esses requerimentos eram aprovados sem nenhuma polêmica. E aí a gente ficava gastando recursos públicos pra transmitir esses materiais e as pessoas ficavam assistindo isso.

E aí qual é o impacto? Eu acho que o impacto mais objetivo é estimular essa política de morte pras pessoas que não tem muita informação, né, elas podem pensar “nossa, o senador falou, a médica que o senador falou tá receitando”, então as pessoas vão comprar. Tá todo mundo morrendo, na época a gente tava com escassez de máscara, escassez de álcool, tudo faltando... era muito natural que quem não tivesse informação, não tivesse condição de buscar informação, acreditasse naquilo. E quem não acreditava ficava como eu, né, ficava deprimido. Porque tava enterrando a tia e o primo enquanto tinha que ficar vendo na televisão as pessoas promovendo um discurso que tava matando sua família. E aí pra quem vive fica o impacto na saúde mental, fica o impacto físico desse desgaste todo mesmo.